



## 1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

<b>a) ÁREA DE CONHECIMENTO</b>	Ciências Humanas
<b>b) MODALIDADE</b>	Presencial
<b>c) CURSO</b>	Educação Física
<b>d) GRAU ACADÊMICO</b>	Licenciatura
<b>e) TÍTULO A SER CONFERIDO</b>	Licenciado
<b>g) UNIDADE RESPONSÁVEL PELO CURSO</b>	Faculdade de Educação Física Campus II – Samambaia – Goiânia-Goiás – CEP 74001-970 – Caixa Postal 131 Telefones: 62-35211759/35211141 diretoria.fef.ufg@gmail.com
<b>h) CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>	3200
<b>i) TURNO DE FUNCIONAMENTO</b>	Predominantemente matutino, para as turmas do matutino. Predominantemente vespertino, para as turmas do vespertino.
<b>j) NÚMERO DE VAGAS</b>	40 vagas para o matutino; 40 vagas para o vespertino
<b>k) DURAÇÃO DO CURSO EM SEMESTRES</b>	Mínimo de 8 semestres letivos e máximo de 14 semestres letivos
<b>l) FORMA DE INGRESSO</b>	Processo seletivo UFG ou SISU



## 2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

### 2. 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O curso de Educação Física, licenciatura, presencial, da UFG, criado em 01 de setembro de 1989 através da resolução n. 283 do então Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás e reconhecido pelo MEC em 27 de dezembro de 1994, conforme consta da Portaria n. 1811 e publicada no D.O.U. de 28/12/94, teve, como finalidade, implementar uma proposta progressista na formação de professores com inserção qualitativa na escola e nas demais práticas educativas, pedagógicas e sociais que envolvem as práticas corporais no contexto da sociedade.

Essa proposta curricular, desde o seu início, vem apontando para vários compromissos históricos, dentre os quais, o seu papel decisivo de integrar-se nas transformações da escola, da Educação Física e Educação, com novos redimensionamentos curriculares acerca da corporalidade no interior das práticas educacionais e nas práticas sociais. Para atingir tais objetivos, o projeto curricular apresentou algumas inovações consideradas, inclusive hoje, como ações de vanguarda na formação de professores de Educação Física, entre os quais destacam-se:

- a) localização da área acadêmica e profissional, única experiência curricular no Brasil, no interior das Ciências Humanas e Sociais contrapondo, assim, a tradição conservadora de situar a formação na área de ciências biológicas e/ou ciências da saúde, cuja ação político-pedagógica delimitou um importante marco referencial de orientação curricular no País mas, que, somente agora, passa a se constituir em perspectiva possível para outros cursos;
- b) implementação do conceito de formação de docência ampliada e currículo estruturado por campos de conhecimentos multidisciplinares;
- c) implementação de um novo modelo de organização pedagógica fundada a partir de um eixo epistemológico que teve, como referência, a motricidade humana, o trabalho e a práxis pedagógica como elementos nucleares da estrutura curricular;
- d) introdução do aprofundamento por campos temáticos (áreas de aprofundamento de estudos) no contexto da graduação superior;
- e) supressão, de forma pioneira, do processo seletivo (vestibular) baseado na aptidão físico-orgânica dos candidatos com o deslocamento do corte avaliativo do vestibular (centrado na área biológica) para a área de história e língua portuguesa.

Estas e outras mudanças, sem sombra de dúvidas, provocaram profundas reflexões em vários congressos na área de Educação Física com repercussões importantes quanto às inovações desenvolvidas na FEF/UFG em Goiás e em todo o país.

Tendo como referência a produção de conhecimentos acadêmicos e as pesquisas resultantes da intervenção social, o curso de Educação Física, licenciatura, presencial, além de fortalecer a prática da Educação Física na escola, também ofereceu oportunidades para a formação direcionada para outros espaços sociais. Mesmo que os compromissos históricos estivessem vinculados à formação de professores para intervir nas escolas e na educação – dentro da perspectiva generalista e das necessidades colocadas pelo mundo social – esta formação docente também relacionou a prática das atividades corporais para além dos muros do sistema educacional, possibilitando com isto uma ação político-pedagógica diferenciada no sistema educacional e nas demais intervenções profissionais nos espaços do trabalho relacionados ao esporte, lazer, saúde e políticas públicas.

Tal posicionamento político-pedagógico determinou a linha de formação, estabelecendo uma nova configuração do projeto curricular, inclusive, reforçando o caráter generalista para atuar no campo da educação, escola e sociedade, sem deixar de lado os saberes e técnicas relacionadas à corporalidade nos demais campos de atuação profissional. Tudo isto balizado por um tipo de formação acadêmica e profissional estruturado em seu sentido amplo e, ao mesmo tempo, verticalizado para a intervenção na realidade prática.

Um aspecto relevante de natureza contextual e histórica e que influenciou profundamente a elaboração desta proposta curricular foi, a época, o intenso debate no meio acadêmico sobre o estatuto epistemológico da área e o perfil do profissional no sentido de identificar qual deveria ser o papel social da Educação Física numa sociedade de classe, refém da indústria cultural e a dependência de um modelo de pensar proveniente dos países em avançado estágio de desenvolvimento econômico e sociocultural. Isto sem se falar da necessidade de reconstrução da democracia brasileira após os anos tenebrosos de ditadura militar que promoveu profundos prejuízos ao desenvolvimento acadêmico-científico da Educação Física brasileira.

Logo após o início das primeiras turmas em Goiânia, implantaram-se novas turmas no, então, Campi Avançados da UFG em Catalão (1990) e em Jataí (1992). Nesta expansão, manteve-se toda a configuração curricular e a orientação pedagógica e institucional sob a coordenação político-pedagógica de Goiânia. As vagas desde então perfazem 160, anualmente, com ingresso por meio do concurso vestibular, sendo distribuídas 40 vagas para Catalão, 40 vagas para Jataí e 40 vagas matutino e 40 vagas vespertino para Goiânia.

O projeto curricular original teve como características fundamentais a constituição de uma licenciatura generalista (docência ampliada) em Educação Física, funcionando em regime seriado com duração mínima de quatro anos e máxima de sete anos, perfazendo um mínimo de 3.260 horas com a exigência para a integralização curricular de elaboração e apresentação pública de uma monografia final. No âmbito da estrutura e da organização dos currículos da UFG, o curso foi organizado dentro do modelo de sistema seriado anual, implantado em 1984, quando esta universidade, após um intenso debate acadêmico contra o projeto da reforma universitário-militar, rompeu com o sistema de créditos baseado no modelo MEC-USAID.

Mesmo representando avanço, tanto na concepção quanto na prática acadêmica da formação profissional em Educação Física e as vivências positivas no âmbito da formação acadêmica, novos problemas e exigências foram apresentados ao longo desses treze anos de curso. A própria relação entre a formação e a prática social, evidenciadas diversas vezes nas discussões internas entre professores e alunos e nos eventos promovidos pela FEF sobre as avaliações curriculares realizadas nas Semanas Científicas de 1996, 1998, 2000, 2002 e 2003, denunciava certos estrangulamentos e exigia novas alternativas para aproximar ainda mais a competência profissional docente e os lugares destinados à prática educativa e social no sentido da mudança e da transformação.

Nos debates ocorridos foram considerados “pontos de estrangulamentos” do currículo: a) as áreas de aprofundamentos, com destaque para o Aprofundamento em Educação Física Popular (raio de abrangência); b) a necessidade de conhecimentos que deveriam fortalecer a extensão universitária (oficina experimental); c) a ampliação da carga horária dos conteúdos direcionados para o esporte; e, d) os pressupostos de que a disciplina Didática e Prática de Ensino deveria ocorrer ao longo do curso garantindo, em decorrência disto, a possibilidade de esta disciplina realimentar todo o currículo (processo educativo) do ponto de vista do ensino crítico-reflexivo e de ações propositivas, entre outras questões.

Um ponto que obteve destaque e importância no transcorrer das discussões foi a necessidade de se constituir um princípio orientador da formação docente baseado na intervenção pedagógica e na produção de conhecimento por meio da pesquisa, ainda que o modelo sempre

tenha preconizado que a intervenção e a produção de conhecimentos devessem se iniciar em cada disciplina dentro da grade curricular.

Nestes debates, por diversas vezes, ressaltou-se a importância de fortalecer as articulações entre os professores, seus conhecimentos e as diversas disciplinas que compõem o currículo no sentido da construção de atitudes, competências e de práticas interdisciplinares, no percurso da formação acadêmica dos alunos dentro da perspectiva de se buscar uma unidade metodológica na ação curricular, principalmente levando-se em conta, os compromissos históricos e políticos com a mudança da escola e da sociedade.

Diante das experiências curriculares adquiridas na FEF e das possibilidades de mudanças no contexto interno da formação acadêmico-profissional impostas a partir da “Reforma do sistema acadêmico geral” da Universidade, configurado pela Resolução n. 06/2002 CONSUNI criando o RGCG e a Resolução n. 004 CEPEC estabelecendo a nova política de formação de professores para a UFG, o Projeto Pedagógico da Educação Física (em ação) sofre profundo impacto, especialmente porque a Faculdade, além de ser contrária ao projeto de retorno ao sistema de seriação semestral, entendia e entende até o presente momento, que esta atitude geraria: a fragmentação do saber, a redução do tempo pedagógico das disciplinas, a compartimentação dos conteúdos e, obviamente, o aumento do aparato burocrático e de controle acadêmico, resultando, em decorrência disto, mais ônus para a universidade, entre outras questões. Neste mesmo período a FEF estava iniciando as suas discussões internas a respeito dos avanços e dos diversos problemas da formação humana intrínsecos ao modelo anual e participando diretamente nos debates nacionais acerca dos problemas que adviriam com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Tal ação inconsequente e apressada resultou, como já se esperava, em transferir toda a responsabilidade da condução da vida acadêmica para o aluno, sem solucionar, obviamente, as questões postas ideologicamente como essenciais na discussão do currículo de formação superior, dentre elas: a evasão, a repetência, a retenção do aluno na série, o engessamento de disciplinas no currículo, entre outras questões que não vêm ao caso neste momento.

Face aos antigos compromissos assumidos na formação do educador e às novas determinações inscritas na realidade educacional e social, o projeto de mudanças curriculares de licenciatura em Educação Física da FEF/UFG apresenta, como finalidades:

- a) contribuir para o processo de formação garantindo, ao futuro professor, as devidas competências para pensar, questionar e intervir para superar as práticas equivocadas, inadequadas e desnecessárias ao desenvolvimento da formação humana. Diante disto, o sentido crítico-reflexivo e autônomo deve embasar a formação com uma formação teórica e interdisciplinar fundamentada no trabalho pedagógico e na produção de conhecimentos (científicos e culturais) enquanto horizontes da capacitação do professor de Educação Física;
- b) reafirmar os compromissos sociais que objetivem a superação das injustiças sociais, da exclusão, da discriminação, da alienação do homem inscritos na cultura corporal humana;
- c) fortalecer os conteúdos e os elementos presentes no currículo que garantam a identidade da área no projeto de formação do profissional-docente em Educação Física.

## **2.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CONTEXTO ATUAL: PERSPECTIVAS PARA A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

De acordo com David (2003), um currículo de formação, para adequar-se a um projeto de formação humana que tenha como objetivo formar para autonomia, para a liberdade e criatividade do sujeito histórico precisa, fundamentalmente, apoiar-se na prática social, entendendo-a como

---

formação histórica e particularidade concreta. Assim, o processo de formação de professores precisa observar também a totalidade de relações que se estabelecem na constituição do real no seu todo.

Nesses termos, torna-se impossível falar de Educação Física sem mencionar a formação de professores, a política de Estado, o pensamento neoliberal e a conjuntura capitalista internacional no processo de globalização econômica e o modo de pensar do homem no atual momento histórico-social.

Ao analisar os dados presentes nas propostas oficiais do Estado e as possibilidades disponíveis que se tem para uma ação de resistência ou de conformismo face ao que está aí, David (2003) aponta que existem pelo menos três grandes possibilidades de ação: a) a de conformação com a atual política de formação de recursos humanos, e nela, a formação de professores/profissionais em Educação Física em uma perspectiva de resultados, aderindo assim ao modelo do capitalismo globalizado; b) a de construção de um movimento de ruptura e insubordinação ao modelo de Diretrizes Curriculares aprovadas pelo CNE e de negação do poder instituído e determinado pelo processo de produção capitalista; c) a de compreensão da contradição entre o mundo real e o mundo oficial, explicitada no projeto do governo federal e nas políticas sociais por ele apresentadas, visando adequar a formação humana no momento atual da crise capitalista mundial, oferece condições para construir ações (dialéticas) em seu interior, enraizando projetos e práticas de mudanças e de superação ao modelo vigente.

Diante dessas premissas e optando pela última, aposta-se na premissa de que é possível construir ações concretas sobre a realidade, especialmente se houver como pré-condição que todos estejam envolvidos, numa ação sedimentada e dialética sobre as contradições inerentes ao contexto social, associada à noção de complexidade e de singularidade, como elementos constitutivos do mundo em que se vive hoje.

Ao se posicionar na defesa de que as ações se baseiem nos princípios da contradição e do movimento da realidade, estar-se-á no fundo admitindo que, em função das ações concretas e objetivas, poder-se-á agir no interior do conflito forjado pela ordem capitalista, elaborando um outro projeto de formação de professores. Tal projeto certamente deverá estar estruturado para que possa garantir a realização de políticas emancipatórias e os pressupostos éticos na construção do vir-a-ser humano autônomo, criativo e solidário. Ressalte-se, porém, que a sustentação dessa luta e da ação política exige e necessita da apropriação de instrumentos metodológicos e conceituais que possam conduzir à direção objetivada, caso contrário, restará apenas o discurso performático, sem forças para alterar a realidade. Neste sentido, formar professores de Educação Física no e para o Brasil, significa formá-los para intervirem na escola, na vida social brasileira e, conseqüentemente, sobre as determinações colocadas pelo contexto mundial.

É preciso entender que tais ações se integram aos processos em que se inscrevem os interesses do capital, os projetos das organizações transnacionais capitalistas, o modo de produção flexível, a prática do consumo e a propaganda ideológica que procuram levar/inculcar necessidades sociais, valores e visão de corpo e de mundo no campo da política, da sociedade e da economia em contextos globais. Isto posto, urge construir uma outra possibilidade de existência humana e social, que supere as determinações existentes e que se oriente na perspectiva de um outro modelo de sociedade livre e com justiça social.

Intervir no mundo exigirá de todos o domínio de conhecimentos acerca da realidade e de suas conexões internas e das competências para solucionar determinadas situações circunscritas no mundo real, em especial aquelas que podem garantir uma intervenção na aprendizagem do aluno, na escola, na educação e na vida cotidiana, enfim, nos lugares historicamente situados e perspectivados por transformações.

Diante desse quadro de luta, de ação e de utopia, construir competências significa contrapor ao modelo de competências no sentido instrumental e pragmático como prevê as



---

Diretrizes Curriculares Nacionais, para implementar uma ação educativa e pedagógica fundada nas diversas relações que o professor estabelece com os outros (homens e mulheres), e em especial com seus alunos (parceiros) no interior da escola, centrando-se na busca de significados que possam contribuir para a construção de um mundo melhor e dedicado à humanidade do sujeito social.

Possuir competências significa compreender a dimensão do trabalho humano como práxis transformadora na escola e, nesta práxis, as tarefas cotidianas devem estar sintonizadas com as trocas de conhecimentos e saberes socioculturais entre parceiros, na busca de uma maior humanização das relações de trabalho.

Possuir competências significa dominar as ações da docência em sentido particular e relacional entre professor e aluno, tendo em mente o estabelecimento de relações de aprendizagem voltadas para o pensamento crítico, autônomo, livre e dedicado ao bem-estar humano. Possuir competências consiste em agir no mundo, tomando como ponto de partida a realidade em que se vive, seus problemas, suas particularidades e as suas articulações com o todo, para então construir efetivamente as novas possibilidades de alteração da realidade.

Para Rodrigues (2001), mais do que nunca, se espera que o processo educacional busque preparar indivíduos para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços em que a vida dos indivíduos se realiza. Portanto, urge preparar sujeitos para agir com competências dentro de situações vivenciais e em contextos socioculturais nos quais realiza a sua vida coletiva.

Construir projetos de formação da docência profissional, tão necessário à educação, pressupõe, portanto, formar homens e mulheres capazes de intervir na realidade a partir de parâmetros que forneçam condições para tal, especialmente, se forem mediados pela reflexão crítica sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do ensino no contexto da sociedade, tendo sempre em vista a alteração do perfil humano dos professores e dos sujeitos apreendentes.

Na perspectiva de formar professores de Educação Física para atuar na construção de uma sociedade mais justa, temas relativos ao reconhecimento cultural e político das contribuições de grupos historicamente marginalizados, como os afro-descendentes e indígenas (LDBEN nº 9394/1996), perpassa o curso como uma de suas intenções objetivas. Isso em consonância com as demandas "de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade" (PARECER CNE/CP nº 03/2004).

O campo da Educação Física – em sua relação com as práticas corporais institucionalizadas (ginástica, lutas, dança, esportes, jogos) – de forma hegemônica, ao longo da história, mantém-se ligado ao contexto europeu e americano que tem papel fundamental em sua constituição. Todavia, urge considerar o acúmulo e a diversidade das manifestações culturais oriundas das camadas populares brasileiras, em especial as de matrizes afro-brasileira, africana e indígena, possibilitando formar e instrumentalizar o estudante em formação no sentido de fomentar a difusão de tais conhecimentos para as escolas. Nesse sentido, buscamos que tais temas atravessem o currículo e o cotidiano acadêmico e consideramos que as disciplinas/projetos relacionados à dança, aos jogos e brincadeiras, às lutas, ao estágio e à antropologia têm papel fundamental no reconhecimento e disseminação desses saberes, com vistas à "promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática" (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 01/2004).

A construção dessa nação fundamentalmente depende de relações de respeito entre os seres humanos, assim como desses com o meio ambiente. A exploração desmedida dos recursos naturais e a desigualdade de acesso a eles é assunto essencial para um curso de formação de professores. Para a Educação Física, especialmente, significa repensar a relação que se torna cada vez mais distante nas sociedades modernas entre ser humano e natureza, buscando "uma nova





perspectiva ecológica que ultrapasse as ideias, quer seja romântica, de puro retorno à natureza, quer seja utilitarista, de que se deve preservar para não morrer; buscar um fundamento, a partir da ideia de interligação entre todos os seres, como um dos princípios de certa perspectiva ecológica que se busca pôr em ação" (SILVA, 2006, p. 39). As disciplinas vinculadas ao lazer, à oficina experimental e ao conteúdo de jogos e brincadeiras, apresentam profícuas possibilidades de interlocução com a Educação Ambiental (LEI nº 9795, 04/1999).

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo geral**

Formar professores com capacidade para atuarem nas diferentes manifestações e expressões culturais do movimento humano, com ênfase na produção de conhecimento e fomento da intervenção acadêmico-profissional no sistema educacional básico, no esporte educacional e nas práticas educativas de saúde e lazer social que interagem historicamente e no cotidiano com a escola, cultura e a sociedade.

#### **3.2. Objetivos específicos**

O curso tem como finalidade estimular:

- I. O processo de reflexão crítica no sentido de compreender a gênese da existência social e cultural humana, perpassando a esfera do trabalho, da cultura, da educação, da escola e do saber;
- II. A formação docente enquanto elemento constitutivo do sujeito na formação da cultura elaborada;
- III. A atividade criadora, transformadora, e a afirmação da autonomia e da liberdade dos sujeitos em todas as suas dimensões;
- IV. A articulação dos componentes curriculares, fecundando o trabalho educativo, a ação pedagógica e a pesquisa científica.

### **4. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

- I. Desenvolvimento pleno do educando, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- II. Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus desdobramentos sócio-históricos e culturais;
- III. Unidade teoria/prática, tanto na produção do conhecimento quanto na Organização do saber, entendendo o trabalho como princípio educativo fundamental na escola;
- IV. Compromisso social e político do profissional da educação junto aos demais educadores e movimentos sociais;
- V. Trabalho coletivo pautado na formação de competências político-social, ético-moral e técnico-profissional como referência nuclear da formação docente;
- VI. Tratamento interdisciplinar do saber da Educação Física junto aos demais saberes políticos, científicos, artísticos, culturais, pedagógicos e técnicos necessários a formação de professores e a prática educativa escolar;
- VII. Articulação da graduação com a pós-graduação numa perspectiva da educação continuada;



- VIII. Pesquisa como dimensão da formação docente, meio de produção de conhecimento e intervenção na prática pedagógica e social;
- IX. Integração, de modo transversal ao fluxo curricular, de conteúdos referentes aos direitos humanos, considerando o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, a educação socioambiental e a educação para as relações étnico-raciais.

## 5. EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

### a) Perfil do Curso

A história mostra – no processo histórico de formação de professores de Educação Física – que o desenho e/ou configuração curricular se apresentou com diferentes nuances durante o seu desenvolvimento até os dias atuais. A configuração curricular manteve sempre presente o caráter interdisciplinar dos conteúdos e uma visível articulação de desempenho prático nas diferentes funções sociais (ideológicas) assumidas ao longo de sua história: em certo momento evidenciou-se uma prática educativa protetora da saúde dos alunos e da sociedade; outras vezes, uma ação disciplinadora dos corpos para a manutenção da ordem e da doutrina cívica de segurança nacional e/ou agente fundamental na conformação da eugenia social com vistas ao estabelecimento de uma anatomia biopolítica do corpo social; e, em outros momentos mais recentes, uma atividade técnica instrumental (tecnicismo) a serviço do rendimento esportivo e da performance e/ou estética corporal. Além dessas particularidades citadas, constata-se que esta prática educativa e social esteve intrinsecamente associada ao processo produtivo visando qualificar a mão-de-obra produtiva para o país.

Numa perspectiva histórica, ressalte-se que às questões pedagógicas, ideológicas e práticas docentes sempre estiveram presentes os conteúdos tradicionais da Educação Física, entre os quais destacam-se a ginástica e seus diferentes métodos, o esporte e suas várias modalidades e classificações, a recreação e suas nuances pedagógicas, o lazer e as suas práticas sociais, as danças e as suas várias linguagens expressivas.

Todos esses aspectos sempre estiveram modulando as propostas curriculares, variando apenas as tônicas peculiares de cada elemento num determinado momento histórico. Nos diferentes contextos, o que sempre importou na constituição do currículo foi a formação de professores dentro de uma perspectiva generalizante, mas deixando sempre lacunas no currículo para a possibilidade de complementação da capacitação de professores em cursos específicos de formação com ênfase aos conteúdos técnico-desportivos. Nos períodos autoritários, por exemplo, sob a tutela do regime militar, propunha-se um profissional voltado aos objetivos do civismo e do disciplinamento dos corpos para atender à identidade patriótica da nação ou da biopolítica do Estado.

Ao analisar-se a década de 1970, especialmente no seu final, pode-se observar que o perfil da Educação Física demarcava uma clara vinculação com a melhoria da saúde da população, por meio da implementação de políticas de ação compensatória por parte do Estado, associada ao rendimento e à competitividade esportiva. Neste contexto, estavam presentes as necessidades de melhoria da qualidade das práticas pedagógicas de caráter funcionalista, recheadas de conteúdos voltados para a ordem, a disciplina e a moral social, com vistas aos interesses da ordem no Estado autoritário.

Somente a partir de meados de 1980, a formação de professores passa por momentos de profundas reflexões, culminando, inclusive, com a edição da Resolução CFE n. 3/87 que rompe com o currículo mínimo nacional, com a formação exclusiva de professores (surge daí o polêmico



bacharelado) e abre possibilidades para a constituição de propostas curriculares a partir de áreas/campos de conhecimentos.

Posteriormente, em 2002 com a Resolução CNE n. 1/02 e Resolução CNE n. 07/2004, que apresenta as normas específicas da Educação Física, a formação se flexibiliza impondo dois tipos de direcionamento da formação com perfis identificatórios acadêmico e profissional próprios e com demarcação de campos de ocupação profissional bem delineados. A formação de docentes serviria para atender à escola e sistema educacional e aos graduados com perfil profissional para atuar nos diferentes espaços sociais, ambos voltados explicitamente ao mercado produtivo e aos interesses privados implementados pela política neoliberal.

Pode-se deduzir, com isto, que essa área profissional saiu de um perfil eminentemente pedagógico e público no sentido de suas finalidades sociais, para um enquadramento, já a partir da década de 1980, determinado pelos interesses privados e econômicos com grande ênfase no momento e na ação do mercado.

Quanto aos traços pedagógicos detectados no currículo, levando-se em conta as determinações dos perfis e as transformações ocorridas, constata-se que o projeto curricular sofreu importantes modificações e reconceituações. De estruturas curriculares tradicionais conservadoras estruturadas com base em grades e conteúdos disciplinares, alinhados aos preceitos da saúde e da segurança nacional, portanto, baseados em modelos fechados, como o foi o conhecido currículo mínimo nacional, a partir do final da década de 1980, especialmente em 1987, o modelo representa uma estrutura mais aberta (rompe com o currículo mínimo nacional) e a composição dos conteúdos não segue mais a dinâmica do modelo de grade de disciplinas, mas deve ser estruturado por áreas de conhecimentos acadêmico-científicas: conhecimento do homem, conhecimento da sociedade, conhecimento biológico e conhecimento técnico.

Atualmente, o modelo curricular sugerido pelas diretrizes curriculares aponta uma concepção epistêmica, na qual a noção de competência se torna nuclear em todo o processo de formação (composição e estrutura) e na avaliação do desenvolvimento do currículo. Isto tanto vale para o projeto de formação de professores licenciados como para formar graduados bacharéis. Neste último modelo, fica mais explícita a divisão em dois tipos de formação superior e os tipos de ocupação profissional que se deve fomentar nas políticas sociais e no próprio Estado. De um lado, concebe-se à licenciatura a formação do profissional para atuar em todo sistema educacional no país, preferencialmente na Educação Básica. De outro, os bacharéis que devem construir também as suas identidades particulares na perspectiva de interação imediata com o mercado, com o processo produtivo e de serviços.

Nesse último modelo de proposta de formação profissional para a educação (Resolução CNE n. 1/2002) não se discutem conteúdos, disciplinas ou áreas de conhecimentos. O enfoque curricular está concentrado nos procedimentos, nas didáticas, na transposição dos conteúdos, nos instrumentos e na construção de competências para responder aos problemas determinantes da realidade concreta, por meio dos elementos científicos e da intervenção profissional.

#### O papel e a função da prática pedagógica

Ao avaliar esta questão percebe-se que ao longo da história, do início do século até a década de 1960, estas práticas estiveram voltadas para a ideia de fortalecer a formação educativa com um aporte teórico-científico direcionado para mudanças de comportamentos e atitudes, visando a preparação de atores educacionais com capacidade de intervir na escola. Nas décadas autoritárias do governo militar (1970/1980), os projetos pedagógicos estiveram direcionados para a instrumentalização técnica (tecnicismo) baseados em aportes científicos para formar professores (técnicos) competentes para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem na escola e no meio produtivo.

Já nas diretrizes curriculares aprovadas no Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), os projetos pedagógicos sugeridos oficialmente buscam a formação de um tipo de profissional que seja capaz, por meio das competências, de atuar no fazer prático, tendo em vistas sanar os problemas-situação provenientes do processo educacional e do processo produtivo em geral, configurando uma nova pedagogia da “qualidade total” centrada no pragmatismo, visando respostas e resultados imediatos.

Tendo como pressupostos um modelo crítico de currículo, o modelo em discussão não se identifica com os reprodutivistas, nem com as práticas curriculares mecanicistas, e, muito menos com este modelo de pedagogia de resultados em andamento.

Todavia, ressaltam-se alguns aspectos positivos instituídos pelo Parecer CNE n. 9/2001, entre os quais destaca-se o reforço do princípio de uma formação inicial de professores da Educação Básica, de nível superior, em cursos de licenciatura plena com terminalidade e identidade próprias.

Embora se esteja de acordo com estes princípios, defende-se um outro sentido, inclusive, entendendo que a proposta de uma base comum nacional para a formação de educadores de todas as áreas pode responder adequadamente ao princípio da identidade própria e, certamente, receberá o respaldo dos educadores, porque já está presente no movimento (ANFOPE, 1992, 1994, 1996, 1998, 2000) de educadores do Brasil, como:

- a) sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno e seus desdobramentos sócio-históricos;
- b) unidade teoria/prática, tanto na produção do conhecimento quanto na organização do saber e a intervenção na prática social, ou seja, tomar o trabalho como princípio educativo na escola;
- c) gestão democrática da escola, tratando dos conhecimentos provenientes das experiências democráticas e relacionais inerentes à gestão, aos conflitos e como espaço vivencial no processo de formação curricular dos alunos;
- d) compromisso social e político do profissional da educação, com ênfase às lutas políticas dos educadores e movimentos sociais;
- e) trabalho coletivo e interdisciplinar entre alunos e professores, como eixo da formação docente;
- f) formação inicial articulada com a formação continuada como diálogo permanente entre a formação inicial, o mundo do trabalho e a educação continuada.

Desse modo, concorda-se com o enunciado. No entanto, acrescenta-se este conjunto de fatores inerentes à prática educacional, o qual fortalecerá o projeto de formação de educadores.

Importa destacar também outra preocupação expressa pelas Diretrizes Curriculares, qual seja, a de buscar os conteúdos significativos quando da definição dos conteúdos curriculares e que estes estejam integrados nos contextos da vida dos alunos e da comunidade, com flexibilidade e respeito à diversidade cultural, utilizando, inclusive, de uma didática mais específica que possa garantir uma adequada transposição e aplicação dos conhecimentos.

No contexto do Projeto Curricular da FEF, defende-se que os conteúdos significativos devem ser construídos por meio das competências, entendendo-as como práxis pedagógica, como ação crítica e reflexiva, mantendo assim a perspectiva de que o ensino deve formar para a autonomia da gestão escolar e o respeito aos saberes adquiridos (experiências) pelos alunos em processos informais e implementada a realização da prática de ensino e estágios curriculares obrigatórios (contatos com o real) em todo o processo de formação acadêmico/profissional.

Com isto, a teoria e a prática passam a constituir-se na episteme básica da formação, tendo a prática como o ponto de partida de cada nova ação, formando assim uma espiral do conhecimento humano em níveis cada vez mais superiores.



---

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, o projeto pedagógico de formação deve atender às diferentes perspectivas do conhecimento profissional do professor e uma acurada seleção dos conteúdos, tendo como referências os problemas imediatos da realidade, para que o educador possa ir além daquilo que deverá ensinar nas diferentes etapas da escolaridade.

Embora isto seja relevante, ao fixarem os conteúdos nos problemas do cotidiano escolar, tanto os educadores quanto a própria escola perdem de vista os problemas de fundo social gerando, em decorrência disto, profundos conflitos e consequências no próprio sentido dado ao projeto em relação a seus objetivos, finalidades e metodologias voltadas para a formação humana. Ficar preso aos problemas imediatos da realidade, com certeza, reduzirá o olhar das pesquisas científicas que observa os fenômenos de várias perspectivas e soluções que nem sempre se resolvem na prática imediata. Uma formação de professores ou profissionais que se preze pela qualidade deve ter como coluna central a produção de conhecimentos e o desenvolvimento do aparato científico da área de conhecimento acadêmico e profissional, caso contrário, ocorrerão apenas pequenos diagnósticos situacionais e tabulação dos dados da realidade.

Pedro Demo (1997) adverte que se não houver capacidade de construir ações (curriculares) que deem uma formação ao sujeito/professor por dentro, a realidade certamente o formará por fora. Isso significa que o professor perde a sua competência crítica de agir no sentido da mudança, tornando-se prisioneiro das próprias contradições – quer mudar a realidade sem competência para intervir e mudar a própria realidade. Para esse educador, a formação das competências deve ocorrer por dentro da escola naquilo que é obrigatório e necessário, como também por fora naquilo que é contextual, social e histórico.

No campo específico da formação em Educação Física, ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais defendam a necessidade de construir um perfil bem delineado para a intervenção educativa e pedagógica na escola, com extensão às demais intervenções da docência na sociedade, entende-se que a história científica, cultural e social da área de conhecimentos exige um outro tipo de tratamento na formação acadêmica e profissional, em especial, por tratar-se de área visivelmente demarcada por uma prática pedagógica, científica e social de natureza interdisciplinar e com intervenções profissionais ocorrendo em diversos lugares e tempos sociais específicos.

Como campo de conhecimento acadêmico, configura-se como um lugar no qual se sistematizam, acumulam, refletem, reorganizam, transformam e produzem saberes com e/ou decorrentes da cultura corporal, referenciando o conhecimento do corpo em suas várias dimensões e inter-relações com a ciência, cultura e sociedade. Questões de centralidade num projeto de formação de profissionais da docência em Educação Física.

Como prática ou intervenção profissional, a Licenciatura em Educação Física deve configurar-se como docência no sentido amplo, entendendo-a como um tipo de ação educativa que se caracteriza por procedimentos metodológicos fundados em bases culturais, científicas, estéticas, éticas e sociais do corpo, direcionadas para a formação social e humana, tanto na área de educação formal, como nos diversos lugares da vida social. O que a distingue é a sua redobrada atenção ao processo educacional formal, pelos procedimentos teórico-metodológicos e pelas distintas pedagogias aplicadas em um determinado contexto sócio-educacional.

Na escola ou no sistema educacional formal, a Educação Física deve adequar-se aos objetivos e particularidades do sistema educacional e ao projeto de escolarização de cada escola de forma singular. No que tange aos conteúdos identificadores da docência escolar, esta prática educacional deve garantir que o conhecimento do corpo (em seus vários sentidos e dimensões pessoais e sociais) seja revertido em instrumento de conhecimentos e de possibilidades vivenciais ao educando, para que ele possa utilizá-lo de forma adequada e autônoma no transcorrer de sua vida.

Ao analisar as Diretrizes Curriculares, do prisma de uma licenciatura com identidade própria e da pesquisa educacional, pode-se perceber claramente a concepção reducionista de formação de professores e uma restrita compreensão do que seja a docência profissional, sobretudo, porque as competências são definidas como eixo nuclear da formação baseada nas situações-problema no lócus da escola, enquadrando radicalmente a formação fora do campo de abrangência científica e evidenciando que a pesquisa deve estar voltada para resolver as questões (diagnose) do cotidiano escolar. Além disso, deixam claro que este modelo se integra aos demais projetos de licenciatura nos diversos cursos superiores no país e nos mesmos indicadores de perfil próprio.

Não se está advogando o retorno dos currículos mínimos nacionais, que engessam os currículos de formação com os mesmos conteúdos e, muito menos, reintroduzindo as discussões curriculares baseadas em grades de disciplinas de conteúdos, ou defendendo a formação distanciada e/ou isolada da área de desenvolvimento acadêmico-científico e cultural, pois tudo isto pode resultar em grandes dificuldades para que se construa a transposição didática dos conteúdos a serem desenvolvidos na escola e nas demais práticas socioculturais e um isolamento com o desenvolvimento do campo científico da área e o mundo da escola.

Para a FEF, a formação da docência possui uma natureza própria que advém da inter-relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, estando plenamente articulada ao saber e ao fazer, à teoria e à prática, à pesquisa e à intervenção educativa nas diferentes tarefas e dimensões do homem, mediada pelo corpo (corporalidade humana), em seu sentido pessoal e coletivo social, ora denominada de Educação Física.

Formar professores significa delinear um tipo de intelectual público que deve lidar com a corporalidade humana em seu sentido concreto e sensível, técnico e estético, com o objetivo de promover transformações nos comportamentos, nos valores políticos e morais das novas gerações para garantir a paz e o desenvolvimento de valores humanos com ética no país.

Com esses profissionais sociais capacitados para tarefas de interesse público, pode-se, certamente, garantir novas possibilidades de pensar a realidade intelectual, corporal, moral, política e ética de crianças, jovens e adultos diferentemente dos projetos oficiais atuais. Acredita-se que por meio de homens e mulheres humanamente conscientes, pode-se construir uma educação verdadeiramente democrática, um avanço científico plenamente articulado com as forças produtivas, mediadas por parâmetros de participação social, plenamente compromissada com o futuro da cidade, do Estado e da humanidade em seu todo.

É preciso pensar a formação profissional em plena sintonia com a autonomia constitucionalmente atribuída às Universidades brasileiras. Tal pré-condição exige que a reflexão e a crítica estejam presentes e constantes nos debates sobre os reais significados do papel que a instituição universidade, em especial a Universidade Federal de Goiás e a Faculdade de Educação Física, desempenhará no contexto da nova conjuntura econômica mundial, no nível de desenvolvimento das forças produtivas e do desempenho profissional, pautando a formação em contextos da ciência, da cultura e da sociedade, com vistas a solucionar os problemas da realidade.

A universidade possui um papel histórico extremamente importante no desenvolvimento da ciência e da cultura e uma função destacadamente necessária na intervenção social, por isso entende-se que o currículo deve contribuir, neste sentido, para direcionar a formação da ação educativa, científica e cultural voltada à intervenção na sociedade brasileira.

Isto posto, a FEF entende ser necessário destacar os princípios, concepções e as metodologias sobre a construção do novo contexto curricular de formação profissional em Educação Física.

- a) Em relação à concepção: defende-se a ideia de que o currículo nada mais é do que a representação social de um campo de conflitos e de posicionamentos políticos e pedagógicos acerca de um objetivo formalmente estabelecido pela universidade, com o intuito de

solucionar problemas inscritos na realidade plenamente articulados com a ciência, a cultura, o trabalho e a sociedade. Portanto, trata-se de um cenário no qual se envolvem professores, alunos, instituições, conhecimentos e contexto social.

- b) Quanto às áreas de conhecimentos constitutivas do currículo: defende-se que esta prática pedagógica e social deve localizar o currículo na área de Ciências Sociais e Humanas, como docência profissional interdisciplinar. Isto significa manter o atual posicionamento da FEF relativo ao enquadramento do campo científico na formação de professores/profissionais de Educação Física na UFG.
- c) Os conteúdos curriculares: defende-se que os conteúdos devem estar articulados entre os diversos conhecimentos de formação ampliada e identificadores da área acadêmico-profissional perpassados pelo eixo da docência. Portanto, não basta apenas citar como uma exigência ou vontade oficial de articular o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme prevê a Constituição Brasileira, serão criadas formas operacionais para que o projeto curricular de curso cumpra com esses pressupostos, integrando e construindo ações educativas, curriculares e sociais dentro ou fora da universidade.

Ao buscar operacionalizar esses princípios, a proposta curricular ora apresentada, objetiva mostrar de forma transparente qual a estrutura do curso e como se integrarão estes elementos no interior do currículo e de que forma eles se concretizarão na ação acadêmico-profissional no avanço da ciência e na transformação da realidade do ensino da Educação Física na rede de ensino.

Diante destes pressupostos, defendemos que as disciplinas de conteúdos devem ser concebidas como espaços temáticos de conhecimentos, não pela ótica dos pré-requisitos, mas na perspectiva da complexidade do saber e da relação desses conhecimentos com a realidade prática. Assim, cada disciplina deverá estar articulada com o eixo do currículo e com as demais disciplinas, tendo em vista os objetivos do projeto pedagógico de formação. Cada conteúdo-temático deverá assumir uma característica especial em virtude das suas especificidades, mas também articular-se com as demais disciplinas do contexto da formação e integrar-se ao eixo nuclear do curso. Isto significa não estabelecer relações de dependências com outras disciplinas, mas apontar as ligações e os desdobramentos nas diversas áreas do conhecimento dos quais provêm e nos quais se insere aquele conteúdo particular.

Com isto, rompe-se com a relação de dependência dos conteúdos (por meio das disciplinas) atualmente existente, para conceber o ensino como campo micro-pedagógico e autônomo no trato com os conteúdos (tema gerador específico de cada saber), ao se relacionar permanentemente com o eixo epistêmico do curso e com os demais conhecimentos do projeto curricular. Com esta iniciativa estar-se-á instituindo uma nova relação de particularidade e de totalidade com o projeto de formação acadêmica e profissional em Educação Física, garantindo, assim, um maior equilíbrio e valor aos diversos conteúdos, tanto os identificadores da área quanto aqueles de formação ampliada e técnico-pedagógicas dentro do projeto de formação.

- d) A constituição das competências na formação docente: as competências aqui concebidas devem ser convertidas em práxis dentro da ação curricular, inclusive, perpassando perfil profissional desejado, o modelo curricular, os conteúdos, os procedimentos metodológicos e a avaliação do curso. Como as atuais Diretrizes Curriculares defendem hoje o princípio das competências como eixo básico da formação, entende-se que as competências podem ser



mantidas, porém, com outros pressupostos e dimensão prática. Ao se defender as competências profissionais como práxis pedagógica e social, não se está falando de quaisquer competências, mas daquelas que devem constituir a matriz epistêmica da docência em vários tempos e lugares sociais.

Além disso, tratar as competências como práxis significa, acima de tudo, desincorporá-las dos determinantes da mera instrumentalização e da competitividade presentes no atual modelo capitalista flexível, para situá-la no conceito dialético de capacitação intelectual e profissional nos cursos superiores em Educação Física. Com isto deslocam-se as noções para o campo da formação, relacionando-as ao sujeito, ao espaço de trabalho, no trato com o conhecimento e a sua relação com o trabalho criativo.

Ao se defender tal concepção, no fundo, está-se afirmando que a Faculdade de Educação Física/UFG e a escola básica devem instituir novas relações no campo da formação inicial e continuada para que o processo de formação ocorra desde a ação educativa e social do trabalho docente (trabalho humano) até o eixo relacional orientador da atividade docente e o ponto referencial de todas as possibilidades de modificações como práxis pedagógica. Não se trata, portanto, de qualquer prática profissional, mas de uma práxis que reproduz, gera e recria saberes no processo de ensino-aprendizado do sujeito e de intervenção na educação (coletivo social). Em resumo, este projeto defende a construção de uma unidade teórico-prática com vistas à transformação da educação e da própria realidade. Ao se pensar a práxis como centralidade dos pressupostos pedagógicos está também se pensando na possibilidade da formação de novas condutas dos professores (ação-reflexão-crítica) contínua em cada disciplina do currículo.

- e) A identidade dos conteúdos de conhecimentos: o projeto de formação de professores da FEF entende que devem ser resgatados os conteúdos históricos matriciais do campo acadêmico e do campo de intervenção profissional da área que perpassam a escola como em outros ambientes educacionais fora da escola, dentre os mais importantes destacam-se: a ginástica, os jogos, o esporte, as lutas, a dança, o lazer, as linguagens corporais expressivas e culturais, o movimento corporal, entre outros, devendo mudar os seus aspectos e os significados que cada um destes componentes possa oferecer dentro do projeto curricular e a sua relação com o núcleo de identificação estrutural da área. Os demais conhecimentos devem ser adicionados para dar sustentação ao desenvolvimento teórico-conceitual e científico nos processos de intervenção na docência profissional na perspectiva da formação humana ampliada.
- f) A didática e a transposição dos saberes: outro dado extremamente importante que deve ser fortalecido no projeto curricular é o de localizar o ensino, a transposição dos saberes e a aprendizagem, em elementos integrados ao campo teórico-científico e profissional com as questões de ordem prática, tanto na busca de soluções de problemas do ensino, quanto nas atividades da prática social.

Como critério orientador da constituição desses princípios, o conjunto dos conteúdos organizados ao longo do curso deve explicitar, por meio de suas ementas, o objetivo do ensino, da aprendizagem, os procedimentos didáticos e os significados de cada disciplina ou atividade, no contexto do currículo e na intervenção social, sob a forma de pesquisa, transmissão de saberes e de extensão.

Do ponto de vista da FEF, um currículo de formação consistente e comprometido com as necessidades de melhoria da realidade do ensino inicia-se, levando em conta que os conhecimentos matriciais da formação devem ter como base os saberes demarcados



---

historicamente como estruturantes do perfil profissional em geral e o que deve ser um profissional docente de Educação Física na escola.

Ressalta-se que um projeto de formação docente e a matriz curricular que dará os contornos à sua execução foram discutidos coletivamente na busca de sua legitimidade histórico-social. Isto implica, dentre vários aspectos, o pensar a própria entrada no curso (processo seletivo), uma nova organização acadêmica baseada na possibilidade de ampliação do tempo pedagógico; reforço aos conhecimentos matriciais; instituição de novos conteúdos sob a forma de disciplinas abertas; pensar os conteúdos temáticos ou projetos de trabalho; implementar atividades complementares e definir espaços (aprofundamentos) de conhecimentos como um momento especial de verticalização dos conhecimentos, fortalecendo áreas emergentes de pesquisas e a formação pessoal dos alunos, como alvo de debates e reflexões pelo coletivo de professores e alunos da FEF e Campi Avançados da UFG.

Pensar esta nova proposta curricular para o curso de Educação Física, licenciatura, teve, como referência, o corpo, a cultura e a sociedade, e sobretudo, o significado de uma formação profissional nesse contexto e com base em novos elementos que integram e se relacionam (teoria e prática) para melhor compreender a realidade em sua totalidade. A ideia de sociedade e natureza, ciência e cultura, corpo e representação, teoria e prática nada mais é do que partes constitutivas e articuladas da formação profissional docente que capacita a intervir na modificação permanente do mundo real.

Pensar a formação por esse ângulo significa olhar de forma original o objeto de formação inicial, com possibilidade de construir novas oportunidades para que sejam compreendidos os significados (processos, relações e produtos materiais) humanos em suas várias dimensões, tendo a expressão e a linguagem da corporalidade do homem nos seus diversos contextos socioculturais.

#### **b) Perfil do egresso – competências e habilidades**

O curso de Educação Física, licenciatura, presencial, pauta-se, durante o processo de formação docente, no desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- I. atuar e refletir criticamente acerca de sua função formadora, pedagógica, científica, política e social;
- II. atuar nos diferentes espaços e dimensões da educação básica dentro da perspectiva da práxis pedagógica e social;
- III. desenvolver atitude científica por meio da pesquisa, da reconstrução do conhecimento e de avaliações socioculturais do movimento humano, com foco nas diferentes formas de educação corporal, visando a produção e a ampliação do acervo cultural humano;
- IV. atuar na gestão de políticas educacionais, no trabalho pedagógico, no ensino, aprendizagem, planejamento e avaliação pedagógica, em projetos educacionais na escola e em outros espaços educativos onde se insere a corporalidade humana;
- V. atuar no universo da corporalidade humana na perspectiva do ensino crítico e reflexivo e na produção e reconstrução do saber no âmbito da educação e da cultura;
- VI. compreender os métodos de produção de conhecimentos tendo em vista a construção e reconstrução de saberes docentes em educação física;
- VII. compreender a complexidade dos processos objetivos e subjetivos de formação e desenvolvimento humanos;
- VIII. compreender as relações contraditórias que permeiam o corpo e suas interfaces com a educação, o lazer, a saúde, a estética, a cultura, o mundo do trabalho e a sociedade;



- IX. desenvolver autonomia intelectual e profissional possibilitando e fortalecendo a ação interdisciplinar e o trabalho coletivo no contexto da educação e da sociedade.

## 6. ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de Educação Física, licenciatura, presencial, da UFG tem a seguinte estrutura de organização:

- Carga horária para integralização: 3200 horas, com duração mínima de 8 e máxima de 14 períodos/semestres letivos.
- Prática como componente curricular: 496 horas ao longo do curso, distribuídas entre atividades e disciplinas curriculares.
- Estágio curricular obrigatório: 400 horas, a partir do 5º semestre letivo.
- Atividades complementares: mínimo de 208 horas
- Apresentação de trabalho científico (monográfico) de conclusão de curso.
- Eixo epistêmico da formação curricular: práxis entendida como articulação entre teoria e prática, por meio das competências vinculadas ao trabalho docente e a formação para a pesquisa.

### 6.1. Prática como componente curricular

A prática será compreendida como expressão da articulação da teoria com a realidade sócio-educacional visando superar ou minimizar o distanciamento entre a teoria e a prática ou, mesmo, entre os aspectos conceituais e a intervenção pedagógica no mundo real.

A dimensão prática deve estar presente nos componentes curriculares articulada com os conteúdos da cultura corporal e com a prática pedagógica da educação física na escola (educação infantil, ensino fundamental e médio), contemplando uma carga horária de 496 (quatrocentas e noventa e seis) horas ao longo do curso distribuídas entre atividade e disciplinas curriculares.

A prática como componente curricular será desenvolvida no contexto das disciplinas do Núcleo Comum e de Núcleo Específico que pressupõem a possibilidade da intervenção pedagógica, conforme indicado na Matriz Curricular do curso.

Nessa perspectiva, este Projeto Pedagógico prevê situações didáticas em que os futuros professores terão condições de colocar em prática os conhecimentos que aprenderem no contexto das disciplinas, ao mesmo tempo em que será possível mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares.



**a) MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LICENCIATURA, PRESENCIAL**

DISCIPLINA		UNIDADE RESPONS.	PRÉ-REQUISITO e/ou CO-REQUISITO (CR)	CH Semest.		CHT	NÚCLEO	NATUREZA	PCC
				Teo.	Prát.				
1	EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIA	FE		4	0	64	NC	Obrigatória	0
2	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SÓCIOHISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	FE		4	0	64	NC	Obrigatória	0
3	INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FL		3	1	64	NC	Obrigatória	16
4	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SÓCIOHISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	FEF		4	0	64	NE	Obrigatória	0
5	POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	FE		4	0	64	NC	Obrigatória	0
6	ANTROPOLOGIA DO CORPO	FCS		4	0	64	NC	Obrigatória	0
7	PSICOLOGIA EDUCACIONAL I	FE		4	0	64	NC	Obrigatória	0
8	PSICOLOGIA EDUCACIONAL II	FE		4	0	64	NC	Obrigatória	0
9	SUJEITO, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO FÍSICA	FEF		4	0	64	NE	Obrigatória	0
10	ANATOMIA DO MOVIMENTO HUMANO I	ICB		3	1	64	NC	Obrigatória	16
11	ANATOMIA DO MOVIMENTO HUMANO II	ICB		3	1	64	NC	Obrigatória	16
12	FISIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA I	ICB		4	0	64	NC	Obrigatória	0
13	FISIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA II	ICB		4	0	64	NC	Obrigatória	0
14	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL	FEF		4	0	64	NC	Obrigatória	0
15	BIOLOGIA E EDUCAÇÃO	FE		4	0	64	NC	Obrigatória	0
16	EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE	FEF		3	1	64	NE	Obrigatória	16
17	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA BIOMECÂNICA DO MOVIMENTO HUMANO	FEF		3	1	64	NE	Obrigatória	16



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LICENCIATURA, PRESENCIAL

18	TEORIAS DO ESPORTE	FEF		4	0	64	NE	Obrigatória	0
19	GESTÃO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER NO BRASIL	FEF		4	0	64	NE	Obrigatória	0
20	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DO LAZER	FEF		4	0	64	NE	Obrigatória	0
21	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM NATAÇÃO	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
22	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM ATLETISMO	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
23	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM VOLEIBOL	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
24	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM BASQUETEBOL	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
25	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM FUTEBOL	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
26	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM HANDEBOL	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
27	FUNDAMENTOS SÓCIOCULTURAIS DAS LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA	FEF		2	2	64	NE	Obrigatória	16
28	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E TÉCNICOS DA GINÁSTICA	FEF		2	2	64	NE	Obrigatória	32
29	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM GINÁSTICA ESCOLAR	FEF		2	2	64	NE	Obrigatória	32
30	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM DANÇA	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
31	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM JOGOS E BRINCADEIRAS	FEF		2	2	64	NE	Obrigatória	32
32	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	FEF		2	3	80	NE	Obrigatória	32
33	OFICINA EXPERIMENTAL	FEF		2	2	64	NE	Obrigatória	16
34	CENÁRIOS DE PRÁTICA	FEF		2	2	64	NE	Obrigatória	16
35	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	FEF		3	4	112	NE	Obrigatória	0
36	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	FEF	35	3	3	96	NE	Obrigatória	0
37	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III	FEF		3	3	96	NE	Obrigatória	0
38	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV	FEF	37	3	3	96	NE	Obrigatória	0



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LICENCIATURA, PRESENCIAL  
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LICENCIATURA, PRESENCIAL

---

39	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO	FEF		3	1	64	NC	Obrigatória	16
40	PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	FEF		2	2	64	NE	Obrigatória	0
41	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	FEF	39; 40	0	4	64	NE	Obrigatória	0
<b>TOTAL</b>						<b>2896</b>			<b>496</b>

### c) Carga Horária

#### QUADRO DE CARGA HORÁRIA

COMPONENTES CURRICULARES	CH	PERCENTUAL
NÚCLEO COMUM (NC)	896	28
NÚCLEO ESPECÍFICO OBRIGATÓRIO (NEOB)	2000	62
NÚCLEO ESPECÍFICO OPTATIVO (NEOP)	0	00
NÚCLEO LIVRE (NL)	128	04
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	200	06
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL (CHT)</b>	<b>3224</b>	<b>100</b>

### d) Sugestão de Fluxo Curricular

1º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
EDUCAÇÃO NUTRICIONAL	64	OBR	NC
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SOCIOHISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	64	OBR	NC
ANATOMIA DO MOVIMENTO HUMANO I	64	OBR	NC
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E TÉCNICOS DA GINÁSTICA	64	OBR	NE
TEORIAS DO ESPORTE	64	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM NATAÇÃO	80	OBR	NE
Carga horária do período	400		

2º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	64	OBR	NC
ANATOMIA DO MOVIMENTO HUMANO II	64	OBR	NC
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SÓCIOHISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	64	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM VOLEIBOL	80	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM GINÁSTICA ESCOLAR	64	OBR	NE
INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	64	OBR	NC
Carga horária do período	400		
Carga horária acumulada	800		

3º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
PSICOLOGIA EDUCACIONAL I	64	OBR	NC
ANTROPOLOGIA DO CORPO	64	OBR	NC
FISIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA I	64	OBR	NC
OFICINA EXPERIMENTAL	64	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM ATLETISMO	80	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM JOGOS E BRINCADEIRAS	64	OBR	NE
Carga horária do período	400		
Carga horária acumulada	1200		





PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, LICENCIATURA, PRESENCIAL

4º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
PSICOLOGIA EDUCACIONAL II	64	OBR	NC
FISIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA II	64	OBR	NC
CENÁRIOS DE PRÁTICA	64	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM FUTEBOL	80	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM DANÇA	80	OBR	NE
BIOLOGIA E EDUCAÇÃO	64	OBR	NC
Carga horária do período	416		
Carga horária acumulada	1616		

5º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DO LAZER	64	OBR	NE
SUJEITO, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO FÍSICA	64	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM BASQUETEBOL	80	OBR	NE
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE	64	OBR	NE
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	112	OBR	NE
Carga horária do período	384		
Carga horária acumulada	2000		

6º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	96	OBR	NE
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA BIOMECÂNICA DO MOVIMENTO HUMANO	64	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM HANDEBOL	80	OBR	NE
FUNDAMENTOS SÓCIOCULTURAIS DAS LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA	64	OBR	NE
INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO	64	OBR	NC
NÚCLEO LIVRE	64	OBR	NE
Carga horária do período	432		
Carga horária acumulada	2432		

7º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III	96	OBR	NE
EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIA	64	OBR	NC
PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	64	OBR	NE
GESTÃO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER NO BRASIL	64	OBR	NE
METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	80	OBR	NE
Carga horária do período	368		
Carga horária acumulada	2800		

8º PERÍODO			
------------	--	--	--



DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV	96	OBR	NE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	64	OBR	NE
NÚCLEO LIVRE	64	OBR	NL
Carga horária do período	224		
Carga horária acumulada	3024		

### e) Atividades Complementares

Definição: Atividades complementares devem ser compreendidas como conjunto de possibilidades acadêmicas que, sob a forma de atividades (não sob o formato de disciplinas), poderão ser escolhidas e desenvolvidas pelos alunos durante o percurso da formação superior (de acordo com a Resolução CNE/CES n. 07/2004; Resolução CNE/CP n. 2/2002; e Resolução CEPEC/UFG n. 1122/2012).

Diversidade das atividades: As atividades poderão ser apresentadas sob a forma de seminários, simpósios, congressos, conferências, colóquios, cursos e outras atividades científicas artísticas e culturais realizadas dentro ou fora da Universidade.

Carga horária: mínimo de 200 horas.

Critérios para validação, formas de aproveitamento: As atividades complementares no curso de Educação Física, licenciatura, presencial são regidas pela Resolução FEF/UFG n. 01/2011.

## 7. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

### 7.1. Estágio Curricular Obrigatório

#### 7.1.1. Definição

O estágio será um espaço curricular de experiência, estudo e reflexão da gestão, organização, planejamento, intervenção pedagógica, pesquisa educacional, prática teórico-reflexiva da profissão docente, tendo como ponto de partida os limites e possibilidades postos pela realidade social para a área de Educação Física no contexto da educação.

Desta forma, ao estágio articula-se uma compreensão acerca da prática, entendida como expressão da articulação da teoria com a realidade sócio-educacional visando superar ou minimizar o distanciamento entre a teoria e a prática ou, mesmo, entre os aspectos conceituais e a intervenção pedagógica no mundo real.

#### 7.1.2. Desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório

O estágio curricular obrigatório terá carga horária própria de 400 (quatrocentas) horas e será oferecido a partir do 5º (quinto) período letivo, não podendo ser computadas nas horas destinadas às dimensões pedagógicas.

O estágio curricular obrigatório será desenvolvido em forma de disciplinas pertencentes ao Núcleo Específico, mediante atividades de caráter eminentemente pedagógico, devendo ser cumprido em instituições públicas do sistema educacional básico que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e médio, podendo incluir também a alfabetização de jovens e adultos, as comunidades indígenas e portadores de necessidades especiais.

As disciplinas terão as seguintes cargas horárias:

Nome da disciplina	Carga horária	Semestre letivo
Estágio Curricular Obrigatório I	112	5º
Estágio Curricular Obrigatório II	96	6º
Estágio Curricular Obrigatório III	96	7º
Estágio Curricular Obrigatório IV	96	8º

### 7.1.3. Gestão de Estágio Curricular Obrigatório

A coordenação das ações voltadas para o estágio curricular estará situada em espaço próprio (coordenação) definido pela lógica do currículo, com a finalidade de viabilizar e avaliar a unidade teoria e prática, a interação entre os componentes curriculares, a prática pedagógica desenvolvida no estágio e a articulação da FEFD com as redes de ensino, estando de acordo com a política de estágio curricular para as licenciaturas na UFG.

O estágio curricular nas áreas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio será orientado por docentes da FEFD, seguindo a relação 1 docente para no máximo 15 (quinze) estudantes, e contará também com a supervisão dos profissionais de cada campo de estágio, conforme determina o Regulamento de Estágio do Curso.

A relação da FEFD com a rede pública de ensino, com relação aos estágios, se fará pela institucionalização de convênios e outros instrumentos, mediados pela UFG, que permita oficializar o compromisso entre os campos de intervenção no sistema educacional, obedecendo à legislação em vigor (Lei nº 11.788/2008; Resolução CEPEC/UFG nº 766/2005; Resolução CEPEC/UFG nº 731/2005; Resolução CEPEC/UFG nº 880/2008).

Além do estabelecimento de convênio, outros documentos oficializarão a relação do curso e dos estudantes com os campos, quais sejam: Termo de Compromisso de Estágio onde constarão informações sobre direitos e deveres das partes e sobre o seguro; Projeto de desenvolvimento e Relatórios de Estágio; Plano de Atividades e o Controle de Frequência dos Estagiários. Esses últimos têm também finalidade pedagógica e fazem parte do conjunto de avaliações das disciplinas de estágio.

## 7.2. Estágio Curricular Não Obrigatório

### 7.2.1. Definição

Para a Faculdade de Educação Física, o estágio não obrigatório é componente curricular de caráter teórico-prático como atividade opcional, cuja especificidade deverá proporcionar o contato efetivo do aluno com o campo de sua intervenção, com o intuito de ampliar a formação profissional visando favorecer a reflexão sobre a realidade do campo de intervenção profissional, a aquisição da autonomia intelectual e o desenvolvimento de habilidades relativas à profissão docente. Deverá envolver experiências em gestão, organização, planejamento, intervenção pedagógica, pesquisa e exercício da docência.



O estágio curricular não obrigatório deverá ser uma atividade privilegiada de diálogo crítico com a realidade, que deverá favorecer a articulação do ensino com pesquisa e extensão, configurando um espaço formativo do estudante e de preparação para o atendimento das necessidades humanas e sociais, preservando os valores éticos e buscando a compreensão da realidade profissional à luz dos aportes teóricos estudados.

Esta forma de estágio curricular não obrigatório não será considerada como parte das Atividades Complementares necessárias a integralização curricular nos cursos da FEF, de acordo com o Regulamento de Estágio da FEFD e o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação.

Nos termos da lei, o estágio curricular não cria vínculo empregatício, sendo compulsória a concessão de bolsa, bem como de auxílio transporte, observadas as disposições desta resolução, da Lei 11.788 e da Normativa 07/2008.

O Regulamento de Estágio do Curso institui e regulamenta o funcionamento do Estágio Curricular Não Obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Física.

### **7.2.2. Desenvolvimento do Estágio Curricular Não Obrigatório**

De acordo com o Regulamento de Estágio do Curso de Educação Física (licenciatura): o estágio curricular não obrigatório só poderá ser realizado pelo acadêmico(a) a partir da integralização de quarenta por cento (40%) do currículo e depois de ultrapassado o terceiro período do curso, e se este apresentar média global igual ou superior a 5,0, tendo em vista que visa à contextualização curricular, de acordo com o interesse do acadêmico com o intuito de aprimorar o seu processo de formação humana e profissional.

### **7.2.3. Gestão de Estágio Curricular Não Obrigatório**

A relação da Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD) da UFG com o campo de estágio não obrigatório se faz pela institucionalização de convênios, mediados pela UFG, que permitam oficializar o compromisso entre os campos de intervenção (instituição concedente), obedecendo à legislação em vigor. É obrigatória a presença de supervisor graduado em Educação Física na instituição concedente e do professor orientador na instituição de ensino (FEFD-UFG), além da concessão de bolsa, auxílio transporte e contratação de seguro pela Instituição concedente. Também são obrigatórios os seguintes documentos: Termo de compromisso; o plano e o relatório de atividades; e o controle de frequência. Os relatórios devem ser entregues com a periodicidade de 6 meses e ao final do estágio.

O estágio curricular não obrigatório poderá ser realizado em instituições públicas e privadas e em diferentes espaços de intervenção da Educação Física, que desenvolvam atividades afins com estas formações e que obrigatoriamente apresentam convênio com a Universidade Federal de Goiás, os quais são firmados de acordo com os critérios estabelecidos com esta Universidade.

A coordenação das ações voltadas para o estágio curricular não obrigatório estará situada em espaço próprio. Tem como atribuições: acompanhar o planejamento e avaliação das atividades de estágio, promover debates e trocas de experiência acerca da experiência de estágio, assinar as documentações necessárias e arquivá-las, mediar as relações entre instituição concedente e estagiário.

Para a realização do processo de acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio não obrigatório poderão ser utilizados os seguintes instrumentos: o Plano de Atividades estabelecido no Termo de Compromisso pela instituição concedente, o Plano de Atividades elaborado pela instituição formadora (FEF), Relatórios de Atividades de Estágio e Reuniões periódicas, conforme disposto na resolução.



---

O estágio realizado fora do país poderá ser aproveitado ou reconhecido como estágio curricular obrigatório, desde que garantidos os pré-requisitos acadêmicos e documentais e se adéquem a proposta acadêmica do presente curso.

## **8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A estrutura curricular obrigatória prevê para a integralização do curso a elaboração e a apresentação pública de uma monografia, trabalho científico de conclusão de curso, com carga horária equivalente a 64 horas. Os acadêmicos desenvolvem sua pesquisa de acordo com seu interesse de aprofundamento nos estudos referentes à Licenciatura em Educação Física. Os discentes terão uma orientação individualizada realizada por um docente da unidade acadêmica.

Para subsidiar a elaboração da monografia, além da orientação do docente, o currículo prevê a presença das disciplinas Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa em Educação Física, sendo que a integralização desta última é pré-requisito obrigatório para a matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao final do semestre a monografia desenvolvida pelo acadêmico deverá ser avaliada por docentes que emitirão pareceres favoráveis ou não à sua aprovação e defesa pública. A defesa pública será contará com uma banca examinadora composta por três membros, sendo um deles o orientador. A nota final do estudante será a média aritmética das avaliações dos três membros da banca examinadora. O último momento diz respeito às correções indicadas pela banca, quando for o caso, e verificadas pelo orientador e a entrega da versão final da monografia na Secretaria de Graduação do Curso.

## **9. INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

A integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve ser considerada como o princípio nuclear da matriz curricular e eixo orientador das ações docentes e discentes, tanto no planejamento do trabalho pedagógico da graduação, da extensão e da pós-graduação, como nos projetos de pesquisa e extensão construídos pelos grupos e núcleos de estudo, eventos científicos e culturais promovidos pela comunidade acadêmica.

Articular ensino com pesquisa na graduação significa desenvolver no aluno uma atitude permanente de investigação científica, seja no cotidiano da sala de aula, seja em projetos específicos, de modo que a produção de conhecimentos se torne um instrumento contínuo de aprimoramento da graduação. Articular ensino com extensão na graduação significa disseminar o conhecimento produzido e veiculado na Universidade para o meio social onde ela se insere e, ao mesmo tempo, fazer da extensão um instrumento de avaliação da própria graduação e da pesquisa.

A graduação deve estimular e fomentar a pesquisa junto ao corpo discente no sentido de contribuir para a formação de jovens pesquisadores, professores-pesquisador e ampliar o quadro de pesquisadores da própria área acadêmica.

## **10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

A avaliação deve ter como finalidade orientar a organização do trabalho pedagógico dos professores formadores, conforme os princípios e objetivos estabelecidos pelo projeto político-pedagógico, possibilitar a reflexão do currículo em ação, assim como, favorecer a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem no que se refere à qualificação

científica, cultural, ético-política e didático-pedagógica, de profissionais em condições de iniciar a carreira.

Para integralização curricular exigir-se-á do aluno a opção por uma área de aprofundamento temático de onde surgirá a elaboração de uma produção científica, sob o acompanhamento de um orientador, a ser normatizada pela coordenação de curso, e a comprovação da participação de 208 horas de atividades complementares.

As normas específicas para verificação da aprendizagem, da frequência e do aproveitamento de disciplinas deverão obedecer ao Capítulo IV, da Resolução CEPEC nº 1122/2012, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG.

## **11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS**

O processo de avaliação institucional do curso de graduação deverá ser um processo contínuo que permita rever ações e concepções praticadas ao longo da formação superior e os reflexos e repercussões de desempenho das competências dos seus profissionais nas práticas sociais e no mercado de trabalho.

Através de uma conjugação de esforços de ações internas (auto-avaliação), externas à unidade (avaliação da CAVI) e externa à UFG (MEC/INEP), com representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo, a avaliação acadêmico-profissional procurará identificar e analisar a concretização dos princípios, objetivos e o próprio perfil de formação proposto no projeto curricular.

O acompanhamento dos egressos poderá ser viabilizado tanto por pesquisas e diagnósticos como por meio de encontros públicos com a finalidade de debater e refletir, coletivamente, sobre os problemas inerentes à atividade docente e sobre o seu papel/função social na educação.

## **12. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ACADÊMICA**

A FEF deve aprofundar ainda mais os estímulos e as condições objetivas para o processo de qualificação de recursos humanos (docente e técnico-administrativo) através de cursos de atualização, especializações, mestrado, doutorado, assim como através da participação em eventos científicos e culturais, tanto no interior da própria Universidade quanto em diferentes instituições acadêmicas de outras regiões qualificadas para tal.

## **13. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS**

Trata-se de adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, licenciatura, presencial, às seguintes determinações legais e normativas:

- a) Resolução CNE/CP nº 1/2004 (Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana);
- b) Lei nº 10.436/2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais);
- c) Decreto nº 5.626/2005 (Regulamenta a Lei nº 10436/2002);
- d) Lei nº 9.795/1999 (Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental);
- e) Resolução CEPEC/UFG nº 1.122/2012 (Regulamento Geral de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás).
- f) Resolução CEPEC/UFG nº 880/2008 (Altera Resolução CEPEC nº 766 que disciplina os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios dos Cursos de Bacharelado e Específicos da Profissão na UFG).





O Projeto Pedagógico do Curso em vigor já atende às atuais diretrizes curriculares para a formação de professores para a Educação Básica e para a formação profissional em Educação Física, a saber:

- a) Lei nº 9394/1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- b) Decreto nº 3276/1999 (Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica, e dá outras providências);
- c) Lei nº 11788/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes);
- d) Resolução CNE/CES nº 7/2004 (institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena);
- e) Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada;

#### 14) EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS (em ordem alfabética)

##### 1 EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIA

Educação e comunicação como práticas culturais. Mídias como expressão simbólica das diferenças culturais. A tecnologia como cultura e potencializadora da produção cultural. Consumo e ética. Processos educativos e mediados por tecnologias; tecnologias e suas implicações na educação, educação física e esportes; gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar.

##### Bibliografia básica:

GRINSPUN, M. P. S. (Org.). **Educação tecnológica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.  
MORAES, D. de (Org.). **Por uma comunicação**: mídia, mundialização e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.  
PENTEADO, H. (Org.). **Pedagogia da comunicação**: teorias e práticas. São Paulo: Cortez, 1998.

##### Bibliografia complementar:

COHN, G. (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1978.  
KENKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2006.  
LIWIN, E. (Org.). **Tecnologia educacional**: política, história e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.  
PIRES, G. de L. **Educação física e o discurso midiático**: abordagem crítico-emancipatória. Ijuí: Unijuí, 2002.  
RUBIM, A. A.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J. (Orgs.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

##### 2 ANATOMIA DO MOVIMENTO HUMANO I

Estudo anátomo-funcional do aparelho locomotor, sistema sensorial, sistema endócrino e sistema tegumentar, dando ênfase aos diferentes aspectos da dinâmica muscular e da anatomia aplicada nas complexas formas do movimento humano.

##### Bibliografia Básica:

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. **Anatomia orientada para a clínica**. 6ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro – RJ. 2011. 1136p.



---

SOBOTTA, J.: **Sobotta - Atlas de Anatomia Humana**. 23. ed. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 3v.

NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

TORTORA, J. G; DERRICKSON, B. **Corpo Humano - Fundamentos de Anatomia e Fisiologia**. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GARDNER, E.; GRAY, D. J.; O'RAHILLY, R. **Anatomia: estudo regional do corpo humano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

RAY, H., GROSS, C. M. **Anatomia**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

WOLF-HEIDEGGER, G. **Atlas de Anatomia Humana**. 6ª ed. 02 volumes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U.; VOLL, M.; WESKER, K. **PROMETHEUS - Atlas de Anatomia Humana**. 03 volumes. 23ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2007.



---

### 3 ANATOMIA DO MOVIMENTO II

Estudo anátomo-funcional dos sistemas: nervoso, digestório, respiratório, circulatório e urogenital, dando ênfase aos diferentes aspectos funcionais da anatomia aplicada à Educação Física.

#### **Bibliografia Básica:**

FATTINI, C.A. e D'ANGELO, J.G. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu Editora, 2007.

GRAY, H.; GOSS, C. M. **Anatomia**. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

#### **Bibliografia Complementar:**

MACHADO, A. **Neuroanatomia funcional**. São Paulo: Atheneu, 1992.

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. **Anatomia orientada para a clínica**. 6ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro – RJ. 2011. 1136p

GARDNER, E.; GRAY, R. J.; O'RAHILLY **Anatomia: estudo regional do corpo humano** 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

PUTZ, R.; PABST, R. **Sobotta: atlas de anatomia humana**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

SPENCE, A P. **Anatomia Humana Básica**. 2 ed. São Paulo: Manole, 1991.

### 4 ANTROPOLOGIA DO CORPO

Introdução ao pensamento antropológico e suas principais correntes teóricas. Análise da cultura como geradora de percepções e concepções de corpo e de cultura corporal. A relação existente entre trabalho, lazer e tempo disponível, como critérios de utilização, consumo e valorização corporal. Estudo da corporeidade humana enquanto fenômeno social gerador de expectativas e respostas sociais.

#### **Bibliografia Básica:**

DAOLIO, J. **Da Cultura do Corpo**. São Paulo: Papirus, 1995.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDENBERG, M. (org.). **Nu e vestido**: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. São Cristóvão: Record, 2002.

#### **Bibliografia Complementar:**

DAOLIO, J. Antropologia: Um Deslocamento do Olhar. In: \_\_\_\_\_. **Da Cultura do Corpo**. São Paulo: Papirus, 1995.

LARAIA, R. de B. Como Opera a Cultura. In: \_\_\_\_\_. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 67-105.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: COSAC NAIF, 2003.

ROCHA, E. **O que é Etnocentrismo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, J. C. **Tabu do Corpo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.



---

## 5 BIOLOGIA E EDUCAÇÃO

Estudo histórico dos conceitos de evolução e seleção natural. Compreensão dos aspectos básicos da constituição humana como um processo histórico, evolutivo, a partir de sua diferenciação dos animais. Compreensão do engendramento da filogênese, da ontogênese e da história social. Compreensão das dimensões biológica e cultural na constituição humana. Análise do processo da biologização das relações sociais, especialmente a educação. Análise das implicações das visões inatistas e empiristas na produção de preconceitos educacionais.

### Bibliografia Básica:

AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola, alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.  
McALESTER, A. L. **História Geológica da vida**. São Paulo: Edgard Blücher, 1976.  
PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2008.

### Bibliografia Complementar:

MOURA, E. **Biologia Educacional: noções de biologia aplicadas à educação**. São Paulo: Moderna, 1993.  
SOUSA, M.V.; et al. **Gestão da vida: genoma e pós-genoma**. Brasília: Bluhm, 2001.  
COLLARES, C., A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar, ensino e medicalização**. Campinas: Cortez/ UNICAMP: Faculdade de Educação/ Faculdade de Ciências Médicas, 1996.  
LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.  
VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

## 6 CENÁRIOS DE PRÁTICA

Elaboração e execução de projetos de intervenção que apontem ações direcionadas para a superação dos problemas da prática pedagógica no campo da Educação Física.

### Bibliografia Básica:

BORGES, C. M. F. Professor de Educação física e a construção do saber. Campinas: Papirus, 1997.  
DEMO, P. Conhecimento Moderno: sobre ética de intervenção do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.  
MINAYO, M.C.S et.al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

### Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, C. R. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 2005.  
DEMO, P. Avaliação Qualitativa. Campinas: Autores Associados, 1996.  
MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.  
MEKSENAS, P. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.  
SEVERINO, A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 1992.



---

## 7 EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE

Estudo de aspectos educativos determinantes da saúde pública e individual em seus vários aspectos (mental, social e orgânico) priorizando aqueles relacionados às patologias mais comuns na contemporaneidade – obesidade, anorexia, depressão, hipertensão, diabetes... Abordagem histórica a teorias que relacionam o trato ao corpo, educação física e saúde. Estudo de abordagens a elementos comuns ao campo da educação física e esporte – atividade física, lazer, esporte – que guardam relação com a saúde coletiva e individual direta e indiretamente. Políticas públicas de saúde e políticas públicas educacionais.

### Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. S. et al. **Tratado de saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Hucitec-Fiocruz, 2008.  
CARVALHO, Y. M. **O mito da atividade física**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.  
FREITAS, F. F. **A educação física no serviço público de saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

### Bibliografia Complementar:

FOUCAULT, M. **Nascimento da Clínica**. 7. ed. São Paulo: Forense, 2011.  
FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.  
NIEMAN, D. C. **Exercício e Saúde**. São Paulo: Manole, 1999.  
NUNES, B. de O. **O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro**. 2000. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://portalteses.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2000/nunesbom/capa.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.  
SHARKEY, J. **Condicionamento Físico e Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## 8 EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

Estudo sobre os princípios básicos de nutrição, grupos de alimentos, higiene e aproveitamento de alimentos, crescimento e desenvolvimento humano. Avaliação nutricional e necessidades nutricionais de estudantes da educação básica. Análise crítica dos programas institucionais de alimentação e merenda escolar.

### Bibliografia Básica:

TIRAPGUI, J. **Nutrição: fundamentos e aspectos atuais**. São Paulo: Atheneu, 2000.  
VITOLO, M. R. **Nutrição: da Gestão à Adolescência**. São Paulo: Reichmann & Affonso, 2003.  
WHITNEY, E.; SIZER, F. **Nutrição: conceitos e controvérsias**. São Paulo: Manole, 2002.

### Bibliografia Complementar:

ESCOTT-STUMP, S.; MAHAN, L. K. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**: Krause. 10. ed. São Paulo: Roca, 2002.  
ISOSAKI, M.; CARDOSO, E. **Manual de Dietoterapia e Avaliação Nutricional**. São Paulo: Atheneu, 2002.  
ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **El estado físico: uso e interpretación de la antropometría**. Ginebra: OMS, 1995. 521p. (Série de Informes Técnicos, 854).  
PHILIPI, S.T. **Nutrição e Técnica Dietética**. São Paulo: Manole, 2002.  
ROSS, A. C.; et al. **Tratado de Nutrição Moderna na Saúde e na Doença**. São Paulo: Manole, 2002.  
VITOLO, M. R. **Nutrição: da Gestação à Adolescência**. São Paulo: Reichmann & Affonso, 2003.



---

## 9 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I

EMENTA: Identificação e análise das teorias da didática e da organização do trabalho pedagógico, considerando as relações étnico-raciais. Estudo investigativo de problemáticas significativas da organização geral da escola, em especial, planejamento, gestão, projeto político-pedagógico, currículo e avaliação, em escolas-campo de diferentes modalidades da Educação Básica da rede pública de ensino.

### Bibliografia Básica:

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 40ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

### Bibliografia Complementar

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

### Bibliografia Complementar:

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**: elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

## 10 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II

Estudo de teorias pedagógicas críticas da Educação Física. Investigação das problemáticas significativas da organização do trabalho pedagógico da Educação Física e de suas bases teórico-metodológicas no interior de escolas-campo da Educação Básica da rede pública de ensino. Planejamento e desenvolvimento de experiências de ensino.

### Bibliografia Básica:

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

KUNZ, E. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1994.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

### Bibliografia Complementar

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.

GO TANI, et. al. **Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**: Psicomotricidade: alternativas pedagógicas. Porto Alegre: Ed. Prodil, 1995.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.





---

### 11 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III

Identificação e análise da organização do trabalho pedagógico da escola-campo e da Educação Física em diferentes modalidades da Educação Básica da rede pública de ensino, compreendendo seus elementos didático-pedagógicos para elaboração e desenvolvimento de proposta de ensino.

#### **Bibliografia Básica:**

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.  
FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995.  
PARO, V. H. **Administração escolar** : introdução crítica / 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

#### **Bibliografia Complementar:**

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.  
LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.  
SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.  
VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.  
VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

### 12 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV

Continuidade do planejamento pedagógico, a partir da avaliação dos elementos identificados no estágio III. Desenvolvimento e avaliação processual do planejamento pedagógico.

#### **Bibliografia Básica:**

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.  
KUNZ, E. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1994.  
SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

#### **Bibliografia Complementar**

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.  
GO TANI, et. al. **Educação Física Escolar**: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.  
LUCKESI, C. C.. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.  
NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil** – Psicomotricidade: alternativas pedagógicas. Porto Alegre: Ed. Prodil, 1995.  
VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

### 13 FISILOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA I

Estudo funcional básico do organismo humano: biofísica celular, sistemas muscular, nervoso, cardiovascular, respiratório, digestivo, renal e endócrino.

#### **Bibliografia Básica:**

SILVERTHORN, D. U. **Fisiologia Humana: uma abordagem integrada**. 2 ed. São

---

Paulo: Manole, [s.d.].

GUYTON, A. C. **Fisiologia Humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

AIRES, M. M. **Fisiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

**Bibliografia Complementar:**

BERNE, R. **Fisiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

COSTANZO, L. **Fisiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

JACOB, S. W. **Anatomia e Fisiologia Humana**. 5. ed. [s.l.: s.n.], 1990.

CURI, R. **Fisiologia Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

DOUGLAS, C.R.R. **Tratado de fisiologia aplicada à nutrição**. São Paulo: Robe, s/d.

**14 FIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA II**

Regulação da temperatura, equilíbrio ácido-básico e metabolismo durante a atividade física. Efeitos do treinamento de endurance sobre os vários órgãos durante o exercício.

**Bibliografia Básica:**

FOSS, M. L. **Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, [s.d.].

McARDLE, W. **Fisiologia do Exercício: nutrição e desempenho humano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, [s.d.].

SILVERTHORN, D. U. **Fisiologia Humana: uma abordagem integrada**. 2. ed. São Paulo: Manole, [s.d.].

**Bibliografia Complementar:**

COSTILL, D. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. 2. ed. São Paulo: Manole, [s.d.].

POWERS, S. K. **Fisiologia do Exercício**. 3. ed. São Paulo: Manole, [s.d.].

AIRES, M. M. **Fisiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

GUYTON, A. C. **Fisiologia Humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

JACOB, S. W. **Anatomia e Fisiologia Humana**. 5. ed. [s.l.: s.n.], 1990

**15 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO**

A educação como processo social; a educação brasileira na experiência histórica do ocidente; a ideologia liberal e os princípios da educação público; sociedade, cultura e educação no Brasil; os movimentos educacionais e a luta pelo ensino público no Brasil, a relação entre as esferas pública e privada no campo da educação e os movimentos de educação popular.

**Bibliografia Básica:**

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2011.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964 – 1985**. São Paulo: UNICAMP/Cortez, 1993.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

**Bibliografia Complementar:**

COÊLHO, I. M. **Realidade e utopia na construção da universidade**. Goiânia: Memorial. 2. ed. UFG, 1999.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, UNESCO, 1998. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI).



---

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.  
NOVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora LDA, 1995.  
ROMANELLI, O. de O. F. **História da Educação no Brasil (1930 – 1945)**. Petrópolis: Vozes, 1994.

## 16 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Conhecimento das principais correntes da teoria do conhecimento e dos pressupostos teórico-filosóficos subjacentes às teorias da Educação Física. Estudo das tendências pedagógicas construídas historicamente no campo da Educação Física brasileira. O corpo e a sociedade brasileira: ideologia, dominação e dependência cultural. História da Educação Física. Elementos históricos e filosóficos de análise da realidade da Educação e da Educação Física brasileiras.

### Bibliografia Básica:

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A História que não se conta**. 19. ed. Campinas/SP: Papirus, Coleção "Corpo e Motricidade", 2013.  
SILVA, A. M. **Corpo, ciência e mercado**. Campinas/Florianópolis: Autores Associados/Editora da UFSC, 2001.  
SOARES, C. L. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

### Bibliografia Complementar:

BRACHT, V. **Educação física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí: Unijuí, 1999.  
COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.  
FERREIRA, M. G. Teoria da educação física: bases epistemológicas e propostas pedagógicas. In: BRACHT, V.; FERREIRA NETO, A.; GOELLNER, S. V. **As ciências do esporte no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1995.  
GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia critico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.  
TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil**. entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

## 17 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E TÉCNICOS DA GINÁSTICA

Estudo das várias sistematizações da ginástica construídas historicamente no campo da Educação Física, em especial as introduzidas no Brasil.

### Bibliografia Básica:

CARRASCO, R. **Ginástica Olímpica: Pedagogia dos Aparelhos**. São Paulo: Manole, 1982.  
CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.  
SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

### Bibliografia Complementar:

BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de Ginástica Artística e de Trampolins**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. (Coleção Educação Física no Ensino Superior.).  
CARRASCO, Roland. **Ginástica de Aparelhos: a atividade do principiante**. Programas Pedagógicos. São Paulo: Manole, 1982.  
LANGLADE, A.; LANGLADE, N. **Teoria geral de la Gimnasia**. Buenos Aires: Stadium, 1970.  
NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. L. (Orgs.). **Compreendendo a Ginástica Artística**. São Paulo: Phorte Editora, 2005.  
SOARES, C. L. **Imagens da Educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no sec. XIX**.



---

Campinas: Autores Associados, 1998.

## 18 FUNDAMENTOS SOCIOCULTURAIS DAS LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas das lutas, raízes históricas e suas diferentes manifestações culturais e esportivas, com ênfase às lutas mais expressivas da cultura brasileira indígena e afrodescendente, objetivando o reconhecimento de suas características e o processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino das lutas na escola.

### Bibliografia Básica

SOARES, C. E. L. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2004.

REID, H.; CROUCHER, M. **O Caminho do Guerreiro**. 12. Ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

SILVA, E. L. **O Corpo na Capoeira**. Vol. I, II, III e IV. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

### Bibliografia Complementar

BREDA, M. et al. **Pedagogia dos Esportes aplicada às lutas**. São Paulo: Phorte, 2010.

BUTCHER, A. **Judô - Guia Essencial Para Dominar a Arte**. Lisboa: Editora Estampa, 2003.

DEL'VECCHIO, F. B. & FRANCHINI, E. Lutas, artes marciais e esportes de combate. In: SOUZA NETO; HUNGER (orgs.). **Formação Profissional em Educação Física**. Rio Claro: Biblioética, 2006.

FALCÃO, J. L. C. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana**. Tese (Doutorado em Educação). Salvador-BA, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2004.

LOURENÇO, E., SILVA, F. & TEIXEIRA, S. **O ensino de lutas na Educação Física: construindo estruturantes e mudando sentidos**. Disponível em: [http://www.fundacaohantipoff.mg.gov.br/lutas\\_ed\\_fisica.pdf](http://www.fundacaohantipoff.mg.gov.br/lutas_ed_fisica.pdf).

RAMALHO, P. **Luta, sinônimo de paz**. Nova Escola, Belo Horizonte, ed.155, set. 2002. Disponível em: [www.novaescola.abril.uol.com.br](http://www.novaescola.abril.uol.com.br).

SEVERINO, R. **O Espírito das artes marciais**. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1988.

## 19 GESTÃO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Conhecimento geral da organização, da gestão e das políticas de educação física, do esporte e do lazer, em âmbitos regional, nacional e internacional. Estrutura, legislação e o sistema de poder em desenvolvimento no Brasil. Organização teórico-prática de eventos e calendários esportivos.

### Bibliografia Básica:

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SHIROMA, E. O.; et al. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

### Bibliografia Complementar:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

CURY, C. R. J. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

MARCELLINO, Nelson C. (Org). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.



TOSCHI, M. S.; FALERO, M. de O. L. (Org.). **A LDB do Estado de Goiás Lei n. 26/98: análises e perspectivas**. Goiânia: Alternativa, 2001.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Autores Associados, 1992.

## 20 INTRODUÇÃO À LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Estudo sobre a realidade da educação de surdos e as políticas de inclusão e exclusão social e educacional no Brasil. Fundamentos básicos das línguas de sinais, priorizando a língua brasileira, suas influências culturais e regionais. Estudo da modalidade visual-espacial da Língua Brasileira de Sinais, da sua estrutura gramatical e dos parâmetros de formação dos sinais: configuração de mãos, ponto de articulação, movimentos, expressões facial/corporal, orientação/direção e suas convenções.

### Bibliografia Básica:

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

SKLIAR, C. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

### Bibliografia Complementar:

GÓES, M. C. R. **Linguagem, Surdez e Educação**. 2. ed. Campinas: autores associados, 1999.

MULLER, L. **Alfabeto manual**. Disponível em < <http://eeblmlibras.blogspot.com.br/2011/04/colocar-o-alfabeto.html>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: INEP, 2002.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

## 21 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA BIOMECÂNICA DO MOVIMENTO HUMANO

Estudo dos fundamentos da física e dos fatores estruturais e funcionais do corpo determinantes do movimento humano e que são fundamentais para a análise mecânica do mesmo. Análise metodológica dos fatores mecânicos que determinam as características do movimento humano e que estão relacionados aos processos de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano.

### Bibliografia Básica:

HALL, S. **Biomecânica Básica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R. **Física: Mecânica**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1995.

HAMILL, J.; KNUTZEN, K. M. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2007.

### Bibliografia Complementar:

FONSECA, V. **Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KNUDSON, D. V.; MORRISON, C. S. **Análise qualitativa do movimento humano**. São Paulo: Manole, 2001.

NORDAN, M.; FRANKEL, V. H. **Biomecânica do Sistema Musculoesquelético**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

OKUNO, E.; FRATIN, L. **Desvendando a Física do Corpo Humano: Biomecânica**. São Paulo: Manole, 2003.



---

MCGINNIS, P. M. **Biomecânica no esporte**: performance do desempenho e prevenção de lesão e exercício. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

## 22 INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO

### INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO

Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. O debate epistemológico na pesquisa em Educação Física. Escolha e delimitação de objeto de estudo. Introdução à elaboração de projetos de pesquisa.

#### Bibliografia Básica:

ARANHA, M.L. de A. & MARTINS, H.P.M. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BRACHT, V. **Educação física e ciências**: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Unijuí, 1999.

GAMBOA, S.S. **Epistemologia da educação física**: as inter-relações necessárias. Maceió, 2007.

#### Bibliografia Complementar:

BRACHT, Valter & CRISÓRIO, Ricardo [orgs.]. **Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, desafios e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

FAZENDA, I. (org) **Metodologia da pesquisa educacional**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GAMBOA, S.S. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

HESSER, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T.A. Queiroz, [s.d.].

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

## 23 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DO LAZER

Estudos do lazer em sua interlocução com a esfera da educação: conceitos, valores e conteúdo. Enfoques e tendências na produção de conhecimento no campo do lazer. O lazer como área transdisciplinar de formação humana e intervenção profissional. Investigação, análise e proposição de atividades, projetos ou programas de lazer identificando os aspectos teórico-metodológicos inerentes à sua implementação e desenvolvimento.

#### Bibliografia Básica:

GOMES, C. L. **Dicionário Crítico do Lazer**, 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

JAIME, F. J. e FENSTERSEIFER, P. E. **Dicionário crítico da Educação Física**, 1ª Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

MELO, V. A. de; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao Lazer**, 1ª Ed. Barueri- SP: Manole, 2003.

#### Bibliografia Complementar:

BRUHNS, H. T. **Introdução aos estudos do lazer**, 2ª ed. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

SANT'ANNA, D. B. de. **O prazer justificado: história e lazer**. São Paulo: Marco Zero, 1994.





---

WAICHMAN, P. **Tempo livre e recreação**. Campinas: Papirus, 1997.

## 24 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM ATLETISMO

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do atletismo e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a resignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do atletismo na escola.

### **Bibliografia Básica:**

MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

FERNANDES, J. L. **Atletismo: corridas**. São Paulo: EPU, 2003.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2001.

### **Bibliografia Complementar:**

FERNANDES, J. L. **Atletismo: lançamentos e arremesso**. São Paulo: EPU, 2003.

GRECO, P.; BENDA, R. **Iniciação Esportiva Universal: Metodologia da Iniciação Esportiva na Escola e no Clube**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

KIRSCH, A. **Antologia do atletismo: Metodologia para iniciação em escolas e clubes**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

LAIGRET, F. **O Atletismo: as regras, a técnica, a prática**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

MATTHIESEN, S. Q. (Org.) **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí: Fontoura, 2005.

## 25 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM BASQUETEBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do Basquetebol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a resignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do basquetebol na escola.

### **Bibliografia Básica:**

ASSIS, S. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, A. E.; ROSE, D. de. **Basquetebol: técnicas e táticas – uma abordagem didático-pedagógica**. São Paulo: Epu/Edusp, 1987.

TANI, G.; B.; Jorge O.; PETERSEN, R. D. de S. **Pedagogia do Desporto**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2006.

### **Bibliografia Complementar:**

BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas: Papirus, 1998.

COUTINHO, N. F. **Basquetebol na escola**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

GRECO, J. P. (Org.). **Iniciação Esportiva Universal: metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MELHEM, A. **Brincando e Aprendendo Basquetebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Autores Associados, 1992.



---

## 26 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM DANÇA

Estudo dos aspectos conceituais, técnicos e estéticos da dança e de sua influência na Educação e na Cultura Brasileira. Análise de métodos de ensino e pesquisas sobre a dança no contexto da educação básica. Estudo da linguagem expressiva desenvolvida pela dança, considerados como básicos e universalizantes pelas diferentes manifestações artísticas e culturais e as possibilidades para a formação humana de crianças, jovens e adultos.

### Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. **Danças dramáticas do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.  
MARQUES, I. **Ensino de dança hoje: textos e contextos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
VIANNA, Klaus. **A dança**. 6. ed. São Paulo: Siciliano, 2005.

### Bibliografia Complementar:

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1990.  
BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1991.  
BOUCIER, P. **História da dança no ocidente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.  
KATZ, H. **Brasil descobre a dança, a dança descobre o Brasil**. São Paulo: DBA, 1999.  
OSSONA, P. **A educação pela Dança**. São Paulo: Summus, 1988.

## 27 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Estudo introdutório das deficiências do ponto de vista histórico-social. Características das deficiências mais comuns presentes nos ambientes escolares. Aspectos teórico-metodológicos da Educação Física adaptada e a inclusão escolar. Estudo crítico de problemáticas que envolvem Educação Física, inclusão e exclusão. Análise de métodos de ensino e pesquisa em Educação Física Adaptada.

### Bibliografia Básica:

BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e deficiência mental**. Campinas: Papirus, 1997.  
BUENO, J. G. S. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1997, p. 159-181.  
DALLA DÉA, V. H. S. e DUARTE, E. **Síndrome de Down: Informações, caminhos e histórias de amor**. São Paulo: Phorte, 2009.

### Bibliografia Complementar:

GOLDSTEIN, S. **Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança**. Campinas: Papirus, 2006.  
JANUZZI, G. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez/USF-IFAN, 1997, p. 183-223.  
LEBOYER, M. **O autismo infantil: fatos e modelo**. Campinas: Papirus, 1995.  
MOREIRA, W.W. Perspectiva da educação motora na escola. In: MARCO, A. (Org.). **Pensando a educação motora**. Campinas: Papirus, 1995. p. 95-103.  
STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1999, p. 21-34.

## 28 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM FUTEBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do futebol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar.



Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do futebol na escola.

**Bibliografia Básica:**

DAÓLIO, J. **Futebol, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Autores Associados, 2005.  
FREIRE, J. B. **Pedagogia do futebol**. São Paulo: Autores Associados, 2003.  
SANTANA, W. C. **Futsal-apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

**Bibliografia Complementar:**

FERNANDES, J. L. **Futebol: Ciência, arte ou...sorte..** São Paulo: EPU, 1994.  
FREIRE, J. B. **Metodologia do futebol**. São Paulo: Cortez, 2000.  
KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí, RS: Unijuí, 1994.  
OLIVEIRA, S. A. **A reinvenção do esporte: possibilidades da prática pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação)** Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pernambuco, 1999.  
VOSER, R. C. **Iniciação ao Futsal: uma abordagem recreativa**. Porto Alegre: ULBRA, 1996.

**29 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM GINÁSTICA ESCOLAR**

O trato da ginástica nas propostas pedagógicas da Educação Física. O ensino da ginástica na escola, seus conteúdos, objetivos e recursos didático-metodológicos. Atividades práticas envolvendo o conhecimento e as manifestações da ginástica, sua importância no processo ensino-aprendizagem e relações com as demais linguagens corporais expressivas.

**Bibliografia Básica:**

AYOUB, E. **Ginástica Geral e Educação Física escolar**. Campinas: Unicamp, 2003.  
KUNZ, E. **Educação Física: ensino e mudança**. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.  
SAUER, E. **Ginástica Rítmica escolar**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980.

**Bibliografia Complementar:**

BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.  
CARRASCO, R. **Ginástica Olímpica: Pedagogia dos Aparelhos**. São Paulo: Manole, 1982.  
DIECKERT, J. ; KOCK, K. **Ginástica olímpica: exercícios progressivos e metódicos**. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1988.  
HILDEBRANDT, R. **Concepções abertas no ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.  
TAFFAREL, C. N. Z. **Criatividade nas aulas de Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

**30 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM HANDEBOL**

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do handebol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do handebol na escola.

**Bibliografia Básica:**

EHRET, A.; et al. Tradução de GRECO, P. J. **Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes**. São Paulo: Phorte, 2002.



PAES, R. R.; BALBINO, H. F. **Pedagogia do esporte**: contextos e perspectivas. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.

SIMÕES, A. C. **Handebol defensivo**: conceitos técnicos e táticos. São Paulo: Phorte, 2002.

#### **Bibliografia Complementar:**

BRUNHS, H. T. **Corpo parceiro corpo adversário**. Campinas: Papirus, 2003.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da Escola**. Vitória: CEFD/UFES, 1997.

GRECO, P. J. **Iniciação esportiva universal**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

HILDEBRANDT, R.; LANGING, R. **Concepções abertas no ensino da educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1980.

### **31 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM JOGOS E BRINCADEIRAS**

História, teorias, conceitos e classificações de jogo, brinquedo e brincadeira. Significados da recreação e da ludicidade da Educação Física na educação infantil e no ensino fundamental. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras como elementos constitutivos de uma pedagogia escolar. Análise de métodos de ensino e pesquisa sobre os jogos e as brincadeiras no contexto da educação básica.

#### **Bibliografia Básica:**

ÀRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LCT Editora, 2006.

BROUGÈRE, G. **Jogo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ELKONIN, D. **Psicologia do Jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

#### **Bibliografia Complementar:**

ÀRIES, P. **A história social da família e da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. de B. F.; PRADO, P. D. (orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologia da pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro**: teoria e prática da educação física. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

NUNES PINTO, R. **Os professores e o corpo educado**: o contexto da prática pedagógica. 2002. 148 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002. Disponível em: < <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/rmar.pdf> >. Acesso em: 12 ago. 2013.

### **32 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM NATAÇÃO**

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos, dos estilos e das regras básicas da natação. Estudo dos métodos de ensino e pesquisas sobre a natação em ambientes educacionais, esportivos e de lazer e suas possibilidades para o desenvolvimento e formação humana de crianças, jovens e adultos.

#### **Bibliografia Básica:**

MAGLICHIO, E. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 1999.

PALMER, M. **A ciência do ensino da natação**. São Paulo: Manole, 1990.

SANTANA, V. H.; TAVARES, M. da C.; SANTANA, V. E. **Nadar com segurança**. São Paulo: Phorte, 2003.

#### **Bibliografia Complementar:**



- 
- COLWIN, C. **Natação para o século XXI**. São Paulo: Manole, 2000.  
DAMASCENO, L. G. **Natação, psicomotricidade e desenvolvimento**. Campinas: Autores Associados, 1997.  
GAROFF, G. **O ensino da Natação**. São Paulo: Manole, 1990.  
JUBA, K. **Iniciação à natação**. Lisboa: Presença, 1982.  
MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: EPU, 1984.

### 33 METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM VOLEIBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do voleibol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a resignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do voleibol na escola.

#### Bibliografia Básica:

- BORSARI, J. R. **Voleibol, Aprendizagem e Treinamento um desafio constante**. São Paulo: EPU, 1989.  
CRISÓSTOMO, J. **Ensinando voleibol**. São Paulo: Phorte, 2005.  
TEIXEIRA, H. V. **Educação Física e Desportos**. São Paulo: Saraiva, 1995.

#### Bibliografia Complementar:

- BIZZOCCHI, C. **O Voleibol de alto nível: da iniciação à competição**. São Paulo: Fazendo Arte, 2000.  
BOJIKIAN, J. **Ensinando Voleibol**. São Paulo: Phorte, 1999.  
CARVALHO, O. M. **Voleibol 1000 exercícios**. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.  
SUVOROV, Y.; GRISCHIN, O. N. **Voleibol Iniciação**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Sprint, 1990.  
TAFFAREL, C. N. Z. **Criatividade nas aulas de Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1995.

### 34 OFICINA EXPERIMENTAL

Estudo e prática de intervenção e reflexão em diversos ambientes educacionais que tratam dos elementos da cultura corporal. Elaboração de projetos de pesquisas qualitativas que apontem ações direcionadas para a superação dos problemas da prática pedagógica no campo da educação física.

#### Bibliografia Básica:

- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.  
THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.  
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

#### Bibliografia Complementar:

- BORGES, C. M. F. **Professor de Educação física e a construção do saber**. Campinas: Papirus, 1997.  
DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.  
\_\_\_\_\_. Êxitos e dubiedade da pesquisa-participante. **Revista Motrivivência**, ano 7, n. 8, p. 55-79, dez./1995. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/22597/20591> >. Acesso em: 10 ago. 2013.  
\_\_\_\_\_. **Avaliação Qualitativa**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.  
SEVERINO, A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 1992.

### 35 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A relação Estado e políticas educacionais; os desdobramentos da política educacional no Brasil pós-64; as políticas de regulação e gestão da educação brasileira e a (re)democratização da sociedade brasileira; os movimentos de diversificação, diferenciação e avaliação da educação nacional. Legislação educacional atual; a regulamentação do sistema educativo goiano e as perspectivas para a escola pública em Goiás.

#### **Bibliografia Básica:**

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998.  
LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**. 3. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.  
SAVIANI, D. **A nova lei da educação**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

#### **Bibliografia Complementar:**

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.  
CURY, C. R. J. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.  
MENESES, J. G. de C. et al. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2001.  
SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.  
SHIROMA, E. O. et al. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

### **36 PSICOLOGIA EDUCACIONAL I**

Introdução ao estudo da Psicologia: fundamentos históricos e epistemológicos; a relação Psicologia e Educação. Abordagens teóricas: comportamental e psicanalítica e suas contribuições para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor e suas implicações no processo ensino-aprendizagem.

#### **Bibliografia Básica:**

ALENCAR, E. S. de (Org.). **Novas Contribuições da Psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: EPU, 2001.  
BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.  
COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, Á. **Desenvolvimento psicológico e educação**. v. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

#### **Bibliografia Complementar:**

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.  
GOULART, Í. B. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.  
KUPPER, M. C. **Freud e a educação**. São Paulo: Scipione, 1992.  
ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.  
SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. Brasília: Edunp, 2003.

### **37 PSICOLOGIA EDUCACIONAL II**

Abordagens teóricas: psicologia genética de Piaget, psicologia sócio-histórica de Vygotsky e suas contribuições para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor e suas implicações no processo ensino-aprendizagem.

#### **Bibliografia Básica:**





---

CORIA-SABINI, M. A. **Psicologia aplicada à Educação**. São Paulo: EPU, 1986.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

#### **Bibliografia Complementar:**

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento**. São Paulo: Scipione, 1995.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. da R.; DAVIS, C. **Teorias do desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

### **38 SUJEITO, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO FÍSICA**

Estudo das concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano, com destaque para as concepções histórico-cultural, psicogenética e funcionalista e a sua relação com as teorias pedagógicas de Educação Física. Perspectivas para a aprendizagem na educação corporal da criança e do jovem no processo de ensino escolar.

#### **Bibliografia Básica:**

ARCE, A.; MARTINS, L. M. (org.). **Quem tem Medo de Ensinar na Educação Infantil?**: Em defesa do ato de ensinar. Campinas: Editora Alínea, 2007.

DARIDO, S. C.; SOUZA JR., O. M. de. **Para Ensinar Educação Física**. Campinas: Papirus, 2007.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 1991.

#### **Bibliografia complementar:**

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

\_\_\_\_\_. **Educação escolar, teoria do cotidiano e escola de Vygotsky**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LE CAMUS, J. **O corpo em discussão: da reeducação psicomotora às terapias de mediação corporal**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1986.

TANI, G.; et al. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.

VIGARELLO, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **História do Corpo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

### **39 TEORIAS DO ESPORTE**

Temas gerais da filosofia e sociologia do esporte. Fundamentos gerais da pedagogia do esporte. O esporte como manifestação humana, cultural e de relação social complexa. Relações entre esporte, indústria cultural e mídia. Concepções de esporte no desenvolvimento histórico da sociedade de classes. Reconstrução do esporte como ética, estética, arte, política social e suas possibilidades para a formação e emancipação humana.

#### **Bibliografia Básica:**

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2001.

OLIVEIRA, V. M. de. **Consenso e conflito da educação física brasileira**. Campinas: Papirus, 1994.

PRONI, M.; LUCENA, R. **Esporte: História e Sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.



---

#### **Bibliografia Complementar:**

- BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.  
\_\_\_\_\_. **A janela de vidro**. Campinas: Papirus, 1998.  
BRACHT, V. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.  
HELAL, J. **O que é sociologia do esporte?**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.  
TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Autores Associados, 1992.

#### **40 Pesquisa em Educação Física**

Metodologias e tipos de pesquisas em Educação Física. Procedimentos de estudo, coleta de dados e documentação. Interpretação textual, fichamento de temas e técnicas de análise de dados. Elaboração de projetos de pesquisa.

##### **Bibliografia Básica:**

- GAYA, Adroaldo. (org.) **Ciência do movimento humano**: introdução à metodologia da pesquisa. Porto Alegre: Artmed, 2008  
MOLINA NETO, V. (Org.). **A pesquisa qualitativa na Educação Física**. Porto Alegre: Sulina, 1999.  
MYNAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro/São Paulo: ABRASCO –HUCITEC, 1992.

##### **Bibliografia Complementar:**

- ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.  
CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.  
DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.  
GAMBOA, S.S. **Projetos de Pesquisa Fundamentos Lógicos**: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó/SC: ARGOS, 2013.  
GASKELL G. & BAUER M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, 4ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.  
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.  
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.  
MARQUES, M.O. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí: Edunijuí, 2003.  
MYNAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.  
SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.  
THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.  
TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

#### **41 Trabalho de Conclusão de Curso**

Desenvolvimento e produção de um estudo de caráter monográfico na forma de estudo teórico-bibliográfico ou de investigação com recorte empírico, para fins de conclusão de curso. Apresentação pública do trabalho monográfico mediante banca constituída por três membros.

##### **Bibliografia Básica:**

- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica** : ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.



PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2.a. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. (e-book)

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da Prática Escolar. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GASKELL G. & BAUER M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, 4ª ed.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MYNAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1985.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.



---

#### 14. REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR-SINDICATO NACIONAL (Andes-SN). Posição sobre a versão preliminar da proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em curso de nível superior. Brasília, 2001.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (Anfope). Contribuições para subsidiar as discussões da audiência pública do CNE sobre a proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em curso de nível superior. Brasília, 2001.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (Anpae). Documento apresentado em audiência pública no CNE sobre as diretrizes curriculares nacionais em 21 de março. Goiânia, 2001.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (Anped). Parecer sobre a proposta de diretrizes curriculares para a formação de professores para atuar na educação básica, elaborada pelo CNE. Goiânia, 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Ensino Superior (CES). *Parecer n. 776, de 3 de dezembro de 1997*. Define orientações sobre as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997.
- BRASIL. Lei n. 9394, de 23 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. BRASIL. *Parecer n. 583, de 4 de abril de 2001*. Dá orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 2001.
- BRASIL. *Parecer n. 100, de 13 de março de 2002*. Projeto de Resolução que institui parâmetros para a definição de cargas horárias dos cursos de graduação. Brasília, 2002.
- BRASIL. Conselho Pleno. *Parecer n. 9, de 8 de maio de 2001*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior. Brasília, 2001.
- BRASIL. *Parecer n. 21, de 6 de agosto de 2001*. Dispõe sobre a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, graduação plena. Brasília, 2001.
- BRASIL. *Parecer n. 27, de 2 de outubro de 2001*. Dá nova redação ao item 3.6. alínea c do Parecer 9/CNE, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais. Brasília, 2001.
- BRASIL. *Parecer n. 28, de 2 de outubro de 2001*. Dá nova redação ao Parecer CNE 21/2001 que estabelece a carga horária do curso de formação de professores da educação básica licenciatura plena. Brasília, 2001.
- BRASIL. *Resolução n. 1, de 1º de fevereiro de 2002*. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. Brasília, 2002.
- BRASIL. *Resolução n. 2, de 19 de fevereiro de 2002*. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior. Brasília, 2002.
- BRASIL. MEC/CNE. Parecer n. 138/CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física. Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC) . Lei n. 9394, de 23 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Parecer n. 003, de 17 de junho de 2004. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



- 
- BRASIL, Presidência da República. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRZEZINSKI, Iria. *Documento sobre as Diretrizes Curriculares*. Anped-CNE. Brasília, 2001.
- CARMO, A. Abadio. *Crítica de uma formação acrítica*. 1982. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos (UFISCAR), São Carlos, 1982.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no sistema educacional brasileiro – percurso, paradoxos e perspectivas*. 1999. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1999.
- COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (CBCE). Documento apresentado na audiência pública sobre as Diretrizes Curriculares do CNE no dia 17 de abril. Brasília, 2001.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Análise da versão preliminar elaborada pelo CNE da proposta de diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior. Brasília, 2001.
- CONTRERAS, José. *A autonomia dos professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DAVID, Nivaldo A. Nogueira. *Novos Ordenamentos Legais e a Formação de Professores de Educação Física: pressupostos de uma nova Pedagogia de Resultados*. 2003. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2003.
- DAVID, Nivaldo A. Nogueira *et al.* Diretrizes Curriculares Nacionais: contribuições ao debate em Educação Física. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, n. 10, 1997.
- DAVID, Nivaldo A. Nogueira. A formação de professores de Educação Física e as Diretrizes Curriculares Nacionais. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília, 2001. \_\_\_\_\_. A formação de professores para a educação básica: dilemas atuais para a Educação Física. *Revista do CBCE*, Campinas, SP v. 23, n. 2, jan./2002.
- DEMO, Pedro. *Conhecimento moderno: sobre a ética e a intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DESAULNIERS, J. B. R. Formação, competência e cidadania. *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 60, 1997.
- FREITAS, H. C. L. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educação e Sociedade*. Campinas, ano 20, número especial. Junho, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GHEDIN, Evando L. *Professor-reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica*. Reunião Nacional da Anped. Caxambu: Anped, 2001.
- GOIÁS. Resolução Consuni n. 06/2002 que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação – RGCG, da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2002.
- \_\_\_\_\_. Resolução CEPEC n. 631/2004 que aprova a Política de Formação de Professores da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2004.
- IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARINHO, I. Penna. *Qualidade dos professores de Educação Física*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1941.
- PAOLI, Niuvenius J. Currículo mínimo: princípios gerais de uma camisa-de-força? In: *Anais. Reunião Anual da SBPC*, 41. Fortaleza, julho, 1989.
- PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a Escola*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. *Dez novas Competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.



- 
- PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- PERRENOUD, Philippe. *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001.
- PERRENOUD, Philippe. *Formando Professores Profissionais: Quais estratégias? Quais Competências?* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001.
- PERRENOUD, Philippe et al. *As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 76, p. 3, 2001.
- SEVERINO, A. J.; FAZENDA, I. C. A. *Formação docente: rupturas e possibilidades*. Campinas: Papirus, 2002.
- SILVA, Ana Márcia. A natureza da PHYSIS HUMANA: indicadores para o estudo da corporeidade. In: *Corpo e História*. SOARES, Carmen Lúcia (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 3ª ed. (Coleção educação contemporânea)
- SILVA, Maria E. P. da. Qualidade Funcional: gênese de uma “nova” qualidade da educação. *Anais da Anped*. Caxambu/MG, 2001.
- SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.
- TAFFAREL, C. N. Zulke. *A formação do profissional da educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física*. 1993. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1993.
- TANGUY, L.; ROPÉ F. *Saberes e competências*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- TORRES, Rosa Maria. Tendências da formação docente nos anos 90. In: WARDE, M. Jorge (Org.). *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas*. Prog. de Estudos Pós-Graduados em Educação, História e Filosofia da Educação da PUC, São Paulo: 1998, p. 173.
- VAIDERGORN, José. Uma perspectiva da globalização na universidade brasileira. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 21. n. 55, p.78-91. nov./2001. VEIGA, Ilma P. A.; AMARAL, A. Lúcia. *Formação de professores: políticas e debates*. Campinas: Papirus, 2002.